

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**“OS VESTÍGIOS MATERIAIS DE UMA HERANÇA CULTURAL  
PASTORIL NOS CAMPOS NEUTRAIS”**

**OSVALDO ANDRÉ OLIVEIRA**

**ORIENTADOR  
DR. JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS**

**SANTA MARIA  
2010**

**OS VESTÍGIOS MATERIAIS DE UMA HERANÇA CULTURAL  
PASTORIL NOS CAMPOS NEUTRAIS**

**por**

**Oswaldo André Oliveira**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante do  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de  
Concentração em História e Patrimônio Cultural, da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**Orientador: Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos**  
**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**OS VESTÍGIOS MATERIAIS DE UMA HERANÇA CULTURAL  
PASTORIL NOS CAMPOS NEUTRAIS**

elaborada por

**Oswaldo André Oliveira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos**  
(Presidente/Orientador)

**Dr. Arthur Henrique Franco Barcelos (FURG)**

**Dr. André Luiz Ramos Soares (UFSM)**

**Dra. Roselene Moreira Gomes Pommer (CTISM)**

Santa Maria, 15 de Janeiro de 2010

Dedico a presente dissertação de mestrado a uma pessoa que consagrou seus últimos dias de vida em busca da origem dos Minuanos. Porém, a grande obra sobre essa sociedade indígena foi levada junto com ele pelas “conselheiras minuanas”... Em memória ao amigo Delmar Marques!

## **Agradecimento**

A presente pesquisa idealizada envolveu diferentes pessoas, entre elas não poderia deixar de agradecer, em especial a minha colega e esposa Cláudia Adriana Rocha Teixeira, a qual recorri sempre que precisei, a sua participação foi e será fundamental para vencer este degrau do conhecimento.

Ao Sr. Néstor Rocha membro da Casa Ambiental de Castilhos (Uruguai), que colaborou incansavelmente para o desenvolvimento das minhas investigações naquele país.

Da mesma forma, ao professor Giancarlo diretor da Casa Ambiental, que contribuiu com a estadia naquela cidade nas dependências da ONG Casa Ambiental e nas saídas de campo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Julio Ricardo Quevedo dos Santos pela dedicação e oportunidade de desenvolver a pesquisa.

Ao Sr. Getulio que me acolheu com muito prazer em sua casa em Santa Maria.

Ao professor Leopoldo Witeck e esposa pelo incentivo e apoio.

Ao professor Luis Henrique Torres, que acreditou neste estudo e dedicou total atenção quando foi necessário.

Ao professor Carlos Roney Tagliani, pelas informações e incentivo.

Ao Sr. Carlos Alcy Cardoso e esposa que nos receberam em sua casa com muita gentileza, pelas informações e atenção para investigar os vestígios nos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí.

Agradeço a minha família e em especial meu pai Osvaldo Oliveira.

Aos proprietários de terras que permitiram a visita para investigar os vestígios agropastoris em seus estabelecimentos.

A todas as pessoas que contribuíram diretamente e indiretamente no desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos que perdi por pensar diferente ou por não estar sempre disponível, este afastamento deu grandes frutos como o presente trabalho: muito obrigado!

Ao professor José Gorgercy Amaral Pellejero pela dedicada leitura e revisão gramatical da dissertação.

*“Veio o **changador** dos toldos indígenas em consequência da miscigenação do índio com o espanhol e o português. Era um “tipo” solitário. **Coquimbo** para a tribo em cujo seio nascera, pois as suas características fisionômicas faziam-no estranho ao meio. Por outro lado, jamais se incorporara aos brancos porque aprendera, desde o ventre materno, a odiá-los, a enxergá-los como invasores e senhores de escravos. Somente com uma coisa se identificava, que lhe moldara a maneira de ser e de sentir; a maneira de agir e de viver – a TERRA!”*

(Francisco Anselmo Amaral)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural  
Universidade Federal de Santa Maria

### **OS VESTÍGIOS MATERIAIS DE UMA HERANÇA CULTURAL PASTORIL NOS CAMPOS NEUTRAIS**

AUTOR: OSVALDO ANDRÉ OLIVEIRA

ORIENTADOR: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2010.

As terras do extremo Sul do Brasil que compreendem os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, durante o processo de ocupação colonial, foram denominadas de Campos Neutrais. Nesse território ainda resistem os vestígios de uma herança cultural pastoril: os Currais de Palmas. Os Currais de Palmas encontrados nesta paisagem são estruturas quadradas e circulares constituídas de palmeiras *Butia capitata*. Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em georreferenciar os Currais de Palmas no intuito de registrar os vestígios da ação humana que possam corroborar ou refutar a hipótese de que os Currais de Palmas nos Campos Neutrais são testemunhos de um patrimônio cultural construído ameaçado de extinção. Uma vez que se encontram expostos em áreas de produção agrícola, ganadeira, de crescimento urbano e a intempérie. Assim sendo, essa produção agropastoril destruiu (e continua destruindo as árvores) profundamente os currais de palmas. Contudo, o interesse em pesquisar os Currais de Palmas nos Campos Neutrais recai sobre a necessidade de registrar esses vestígios materiais de uma herança cultural pastoril que, se tratando de uma árvore, certamente ao longo do tempo irá desaparecer. No entanto, ainda em tempo pode-se trazer relevantes informações para a história regional, sobre o processo histórico de ocupação e exploração dessas terras denominadas de Campos Neutrais. A presente dissertação se propõe não somente em registrar informações, mas de poder também fomentar outras pesquisas a esta região esquecida no extremo Sul do Brasil. Fortalecer a identidade e a memória local, proporcionando subsídios a projetos educativos à comunidade em geral e finalmente, interpretações à transformação da paisagem que compromete este Patrimônio Cultural.

Palavras-chave: Currais de Palmas, Campos Neutrais, Vestígios Materiais.

## **Abstract**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural  
Universidade Federal de Santa Maria

### **OS VESTÍGIOS MATERIAIS DE UMA HERANÇA CULTURAL PASTORIL NOS CAMPOS NEUTRAIS**

AUTOR: OSVALDO ANDRÉ OLIVEIRA

ORIENTADOR: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2010.

The lands of Southern Brazil comprising the municipalities of Santa Vitória do Palmar and Chui, during the process of colonial occupation, were classified as neutral ground. In this territory still hold the remains of a pastoral heritage: the Stables of Palmas. The Stables of Palmas found in the landscape are square and circular structure consisting of palm *Butia capitata*. Therefore, the general aim of this research is to georeference the Stables of Palmas in order to record the traces of human action that may corroborate or refute the hypothesis that the Stables of Palmas in neutral camps are evidence of a cultural heritage building threatened with extinction. Once they are exposed in areas of agricultural production, cattle ranching, urban growth and weather. Therefore, this production agropastoral destroyed (and continues destroying the trees) deep folds of the palms. However, the interest in researching the Stables of Palmas in neutral camps rests with the need to record these material traces of a pastoral heritage that, being a tree, certainly over time will disappear. However, even time can bring relevant information to regional history, on the historical process of occupation and exploitation of the land called the neutral ground. This dissertation proposes not only to record information, but can also promote further research on this forgotten region in Southern Brazil. Strengthen local identity and memory, providing grants to educational projects to the community in general and finally, the interpretation of landscape transformation that compromises this cultural heritage.

Keywords: Corrals Palmas, neutral ground, traces Materials

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - Relação dos currais de palmas georreferenciados e registrados no IPHAN.....	47
<b>TABELA 2</b> - Donatários da primeira divisão de terras nos Campos Neutrais (1738 a 1758).....	65
<b>TABELA 3</b> – Donatários da segunda divisão de terras nos Campos Neutrais (1814 a 1818).....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CONSEMA** - Conselho Estadual de Meio Ambiente
- FURG** - Universidade Federal do Rio Grande
- FEPAM** - Fundação Estadual de Proteção Ambiental
- GERCO** - Gerenciamento Costeiro
- GPS** - Sistema de Posicionamento Global
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PLAM** - Plano Ambiental Municipal
- PNGC** - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
- RS** - Rio Grande do Sul
- SEMA** - Secretaria Estadual do Meio Ambiente
- SPAN** - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
- UFSM** - Universidade Federal de Santa Maria
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Autorização do IPHAN.....	78
ANEXO B – Publicação no Diário Oficial da União.....	79
ANEXO C – Apresentação dos Pesquisadores pelo LEPAN.....	80
ANEXO D – Apresentação dos Pesquisadores pelo Ministério Público.....	81

## LISTA DE APÊNDICES

<b>APÊNDICE A</b> – Localização da área de estudo.....	83
<b>APÊNDICE B</b> - Mapa de Santa Vitória do Palmar e Chuí e o fenômenos da transgressão e regressão marinha.....	83
<b>APÊNDICE C</b> – Áreas de palmeiras destruídas pelo cultivo do arroz irrigado.....	84
<b>APÊNDICE D</b> – Canais de irrigação.....	85
<b>APÊNDICE E</b> - Antigas moradias em ruínas na zona rural.....	86
<b>APÊNDICE F</b> – Curral de Palma (RS:LS 114) na localidade denominada de Boqueirão. ....	87
<b>APÊNDICE G</b> – Paisagens em processo de transformação.....	88
<b>APÊNDICE H</b> – Localização dos Currais de Palmas nos Campos Neutrais.....	89
<b>APÊNDICE I</b> – Croquis dos Currais de Palmas nos Campos Neutrais.....	90
<b>APÊNDICE J</b> – Termo de consentimento livre e esclarecimento do participante.....	95
<b>APÊNDICE K</b> - Palmeira com estreitamento prolongado causado por transplante..	96
<b>APÊNDICE L</b> – Palmeira por estrangulamento de amarras de couro .....	96
<b>APÊNDICE M</b> – Curral de Palmas na estância Curral de Arroios com orifícios.....	97

<b>APÊNDICE N</b> – Curral de Palma cercado com couro de gado ou de cavalo (hipótese).....	97
<b>APÊNDICE O</b> - Palmeiras que possuem fragmentos de metais nos orifícios.....	98
<b>APÊNDICE P</b> – Imagens dos Currais de Palmas Curral de Palmas com pedras no Departamento de Rocha (Uruguai).....	99
<b>APÊNDICE Q</b> – Curral de Palmas com forma quadrada nos Campos Neutrais.....	100
<b>APÊNDICE R</b> – Palmeiras <i>Butia capitata</i> .....	100
<b>APÊNDICE S</b> - Potreiros construídos com valos e matas junto aos arroios.....	101
<b>APÊNDICE T</b> - Raízes de palmeiras <i>Butia capitata</i> nas dunas do Albardão.....	102
<b>APÊNDICE U</b> - Localização dos Potreiros.....	103
<b>APÊNDICE V</b> - Potreiros na Vila da Capilha (Taim).....	104
<b>APÊNDICE X</b> - Potreiros junto ao arroio Chuí na cidade do Chuí.....	105

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
LISTA DE ANEXOS.....	11
LISTA DE APÊNDICES.....	12
SUMÁRIO.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
CAPITULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	20
1.1 Histórico dos Campos Neutrais.....	20
1.2 O Espaço, a Paisagem e a Espacialidade: Uma Abordagem Interdisciplinar... ..	24
1.3 O que é Paisagem?.....	24
1.4 Paisagem Natural e Artificial?.....	25
1.5 O que é Espaço?.....	26
1.6 O Espaço, a Paisagem e a Espacialidade: Confusão Conceitual.....	26
1.7 O Patrimônio Cultural.....	27
1.8 Integridade e Preservação do Patrimônio.....	30
1.8.1 Impactos na Área de Estudo.....	30
1.8.2 O Potencial de Preservação.....	33
1.8.3 As Dificuldades de Preservação dos Vestígios Históricos.....	35
1.8.4 As Políticas Públicas Ambientais: Subsídios para Preservação do Patrimônio Cultural.....	36
1.9 Metodologia da Pesquisa.....	39
1.9.1 Histórico da Pesquisa.....	41
1.9.2 Diário de Campo.....	43
1.9.3 O Georreferenciamento.....	43
1.9.4 A Fotografia.....	44
1.9.5 O Desenho.....	44

CAPITULO 2 – OS CURRAIS DE PALMAS E OS POTREIROS.....	45
2.1 Sobre os Currais de Palmas Georreferenciados (Vestígios).....	45
2.2 Os Currais de Palmas como Espaço Construído.....	48
2.3 O Palmar de Tiburcio: Referencial Cronológico.....	51
2.4 Os Protagonistas da História dos Campos Neutrais.....	54
2.4.1 O Indígena.....	54
2.4.2 Os Colonizadores Ibéricos.....	57
2.4.3 O Negro.....	60
2.5 Vestígios Materiais: Uso e Construção.....	62
2.5.1 As Matas Formando Potreiros.....	62
2.5.2 A Primeira Concessão.....	65
2.5.3 A Segunda Concessão.....	66
2.5.4 As Guardas do Chuí e Taim.....	67
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS.....	77
APÊNDICES.....	82

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é produto de uma pesquisa desenvolvida desde o ingresso no curso de graduação em História (Licenciatura) na Universidade Federal do Rio Grande – FURG no ano de 2004. A academia nos proporcionou recursos e conhecimentos fundamentais para a execução de projeto de pesquisa, desde laboratório, biblioteca, saídas de campo e principalmente com o auxílio através de bolsa de iniciação científica pelo Centro Nacional de Pesquisas (CNPq). A paixão pela História e a Arqueologia nos levaram a campo no nosso município de origem Santa Vitória do Palmar, pois já era de nosso conhecimento a existência de alguns vestígios deixados pelos primeiros colonizadores na região. Entretanto, agora estamos enfrentando a difícil tarefa de escrever, numa linguagem clara, os resultados dessa importante pesquisa para a historiografia de Santa Vitória do Palmar e Chuí.

O banhado do Taim e outros como: o banhado dos Lima, da Canoa, dos Salies, foram drenados quando chegou nesta região o cultivo do arroz irrigado na década de 50. As lagoas Mangueira (a leste) e a Mirim (a oeste) são responsáveis pela absorção de parte destas águas em períodos de muita chuva, e somente o arroio Chuí que tem sua nascente nos banhados próximos a Mangueira é o único que possui comunicação com o oceano Atlântico. Este fato comprometeu a integridade dos ambientes onde permaneciam muitos vestígios históricos e arqueológicos. Porém, embora destruídos, restaram na paisagem elementos suficientes para coletar informações da dinâmica dos sujeitos na busca de riqueza, trabalho e sobrevivência.

O atual território que compreende os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí está localizado no extremo Sul do Brasil, fazendo fronteira com Uruguai. As áreas territoriais desses municípios serviram como limites de fronteira entre portugueses e espanhóis. O acordo foi estabelecido em 1777 através do Tratado de Santo Ildefonso denominando os Campos Neutrais.

No século XVII e XVIII, novas técnicas são implantadas pelos colonizadores no território que abrange os Campos Neutrais, uma delas, é o transplante de árvores naturais e a imigração de outras. Essa atividade era a solução imediata para o

trabalho com a criação do gado numa paisagem ausente de matéria-prima. A expansão do gado no período da colonização ocupa toda a região da planície costeira, e possivelmente atinge os Campos Neutrais transpondo o arroio Chuí que faz limites ao sul com o Uruguai.

As fontes levantadas sobre as áreas de criação do gado para os Campos Neutrais possuem na sua origem outros personagens que estavam estabelecidos nestes campos em algumas centenas de anos: os MINUANOS e CHARRUAS. O presente trabalho de pesquisa começou em campo, analisando os conjuntos de árvores que ainda sobrevivem ao tempo, no entanto, fornecendo alguns questionamentos quanto a sua função e seus respectivos construtores. O indígena por sua vez integrado no seu habitat, obtém outro meio de sobrevivência: a caça do gado xucro. Segundo Becker (1982), o cavalo introduzido pelo conquistador ibérico, foi um dos principais elementos adotados pelo indígena, apesar da apreciação pelo sangue e a carne de potro, tornaram estes animais fundamentais para suas atividades pelo pampa. Dessa forma, ninguém melhor do que eles para interpretar este ambiente desconhecido pelo colonizador.

O processo de interação colonizador e indígena é outro tema pouco difundido, as fontes se restringem apenas em cartas e diários de viajantes (Século XIX), logo, tudo que sabemos é o lugar-comum. Porém, com uma peculiaridade de esta região ainda conter muitos vestígios materiais, que podem corroborar com os documentos históricos existentes. Os Currais de Palmas, na cidade de Castilhos, no Departamento de Rocha – Uruguai, possui em torno de trinta unidades. Em Castilhos, está localizado o maior viveiro do mundo de palmas *Butia capitata* e é considerado Patrimônio da Humanidade, protegido pela UNESCO. A abundância destas árvores serviu de material para a construção das encerras<sup>1</sup> para manuseio dos animais. Esta região do sul do Brasil e norte do Uruguai estão presentes antigas fortificações (Fortes de Santa Tereza e São Miguel) indicativos de que havia necessidade de possuir muitos cavalos para transporte.

Nos rincões, margens de banhados, coxilhas e arroios, foram deixados os vestígios do modelo de exploração almejados pelas Coroas ibéricas. No entanto,

---

<sup>1</sup> Mangueiras, potreiros, também, árvores nativas foram utilizadas sobre os valos para divisa de campo.

tornamos a salientar os MINUANOS e CHARRUAS como importante contribuição para o processo de colonização e exploração econômica. Porém, sofremos perdas culturais, esses povos ao se “integrarem” na cultura européia se adaptam de outra maneira nos ambientes com a presença de outros elementos, como é o caso do cavalo. Ao utilizá-lo com mais facilidade que o europeu, os indígenas utilizam-no como ferramenta de transporte, contrabando, abigeato e guerra.

Outro sujeito muito presente nesta região, se encontra nos documentos de sesmaria (formal de partilha). Ao dividir as propriedades (latifúndios) consta nas listas de bens, um grande número de africanos escravizados e seus respectivos valores de venda e suas funções como instrumento de trabalho. Ainda, se tratando de escravos africanos, é possível encontrar alguns vestígios de seus labores nas matas que pertenciam às antigas sesmarias denominados de valos.

A presente pesquisa tem como objetivo geral georreferenciar os Currais de Palmas no intuito de registrar esses vestígios materiais nos Campos Neutrais, pois nesta região que compreendeu a “Idade do Couro”, disponibiliza de poucas publicações sobre esta atividade. As pesquisas de campo realizadas, identificaram estruturas isoladas (valos, poteiros, matas), promovendo a presente documentação no intuito de contribuir com a historiografia da colonização dos Campos Neutrais.

Assim, a presente dissertação ficou estruturada em dois capítulos. Sendo que o primeiro capítulo traz em sua composição um breve histórico dos Campos Neutrais e, os pressupostos teóricos que alicerçam a pesquisa. O estudo tem um caráter interdisciplinar, pois ao interpretar os “Vestígios Materiais de uma Herança Cultural Pastoril nos Campos Neutrais”, devemos estar cientes que tal temática envolve uma série de conceitos oriundos de várias áreas do conhecimento, como por exemplo: a Geografia, História, Biologia e a Arqueologia. Os conceitos de espaço, paisagem e espacialidade são abordados de diferentes maneiras por diversos autores, ou seja, sempre no esforço de contemplar a matriz-teórica que os originou. Sem falar no tempo e contexto em que foram produzidos.

A metodologia da pesquisa, os trabalhos realizados em campo no intuito de poder compreender a dispersão dos vestígios materiais na paisagem. Para isso, utilizamos a tecnologia de georreferenciamento para a construção de mapas e obter estes dados de localização geográfica de forma precisa dos locais, onde estão inseridos os vestígios históricos. Por fim, se reveste na integridade deste patrimônio

cultural pastoril, a importância de preservação e as políticas públicas ambientais para a proteção dos vestígios históricos.

O capítulo dois está enfocando como referencial cronológico, o palmar existente na propriedade do senhor Tiburcio (1920), na cidade de Castilhos (Uruguai), para estabelecer uma data aproximada da existência de uma palmeira (*Butia capitata*).

Apresentamos os protagonistas da história dos Campos Neutrais. Inicialmente analisamos em fontes históricas a presença do indígena e do negro. As sociedades indígenas se encontravam livre nestes campos em busca de locais propícios à sobrevivência do grupo desde aproximadamente 2.500 a.C.

O colonizador para desenvolver sua economia trouxe técnicas, que também eram adaptadas pelos indígenas, dando origem a costumes diferentes. O indígena se assimila rapidamente com a cultura européia, ou seja, se encontra adaptado aos ambientes costeiros. Dessa forma, também absorve e aprimora as técnicas do europeu no prear do gado. E para completar este cenário no início do século XIX, o colonizador europeu trouxe para a região, os negros africanos em regime de escravidão. Assim sendo, o indígena e o negro, foram os principais sujeitos que vão interagir no espaço juntamente com o colonizador.

Ainda neste capítulo, descrevemos os vestígios encontrados na área de estudo. Os vestígios foram analisados a partir de pesquisa de campo e bibliográfica, onde buscamos informações que pudessem acrescentar subsídios à história do espaço construído, encontrado na paisagem.

Para finalizar, propomos a conclusão na qual estão sintetizados os resultados e promovendo novos caminhos a serem trilhados, no sentido de aperfeiçoar o modelo aqui proposto.

## **CAPÍTULO 1**

### **FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

O capítulo 1 trata do histórico dos Campos Neutrais para contextualizar a pesquisa. A seguir, abordamos conceitos de espaço e paisagem para podermos, no nosso imaginário, decifrar a dinâmica dos sujeitos que ocupavam os Campos Neutrais. Destacamos a integridade dos vestígios materiais e as questões de políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural, que se encontram no meio ambiente. Para concluir, abordamos sobre a metodologia utilizada na pesquisa.

#### **1.1 Histórico dos Campos Neutrais**

Na história, o território que compreende atualmente os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí ficou conhecido como Campos Neutrais (APÊNDICE A). Porém, muito antes desse episódio, essas terras já eram habitadas por nossos ancestrais. De acordo com a geografia essas terras tem uma formação muito recente. Estudos afirmam que até 5000 anos atrás, a região encontrava-se parcialmente submersa. O oceano Atlântico interligava com a Lagoa Mirim ao norte, nas mediações com a Estação Ecológica do Taim. Ao Sul, as águas oceânicas cobrem desde as proximidades da Barra do Chuí e toda a região que compõe a lagoa Mangueira, e as margens do oceano estaria na margem oeste da referida lagoa.

O período que ocorre este fenômeno natural está associado com o final do Pleistoceno e o início do Holoceno. As transformações climáticas causadas pela regressão marinha diminuem a intensidade do frio e a temperatura tende a aumentar. Esse processo que acontece entre 6.500 e 4.000 anos, Schmitz (1984) denomina de “altitermal” ou “ótimo climático”, fator que aumenta o nível de umidade e irá ceder lugar à vegetação.

Segundo Kern (2009, p.18) neste ambiente glacial os primeiros caçadores encontraram uma fauna de mamíferos gigantes como os mastodontes (semelhança

aos elefantes), Toxodontes (um tipo de hipopótamo), tatus gigantes (Glyptodonte e Pampatério), tigres de dentes de sabre (Esmilodonte), Megatério e Glossotério (espécies de preguiça), Macrauchenia (espécie semelhante ao cavalo e a anta), cavalos de pequeno porte (Equus e Hippidion), um campilídeo (Paleolhama) e os cervídeos (Morenelafo). Esses animais extinguíram-se ao término da última glaciação devido as transformações climáticas no Holoceno.

A regressão marinha a partir de 5000 anos A. P. contribui para a formação dos ambientes atuais, as lagoas do Pacheco, Silveira, Mirim e Mangueira, os arroios, Provedores, Chuí, Marmeleiro, Eixo, Passo Fundo, Pastoreio, Teixeira, Pedro Martins, das Pedras, São Luiz, D'el Rey, Afogados e diversos córregos, alagados e banhados que se interligavam com essa hidrografia (APÊNDICE B). Assim, conforme se constituía esse ecossistema terrestre, as aves e os animais de pequeno e médio porte, naturalmente vão ingressar nele para fazer parte da biodiversidade. Essas aves e outros animais, auxiliados pelas correntes dos estuários vão trazendo aos poucos, de outras regiões, as primeiras espécies da flora nativa.

De acordo, com as pesquisas arqueológicas SCHMITZ (1984,1991,1997), PROUS (1992), MENTZ RIBEIRO (1999), KERN (1991,2009), OLIVEIRA et al. (2009), os primeiros ocupantes dessa região foram grupos de caçadores-coletores, caracterizados como nômades pré-cerâmicos, com uma diversificada indústria<sup>2</sup> lítica de pontas de projétil e lascas retocadas. Prous (1992) diz que a cultura material desses grupos ficou designada pela arqueologia como tradição<sup>3</sup> Umbu. Por volta do início da era cristã, a tradição Umbu apresenta em sua cultura material objetos de cerâmica e esses sítios passam então a ser associados à tradição Vieira. Os sítios ceramistas encontram-se, principalmente, no cordão de dunas que margeiam a lagoa Mangueira (oeste) e o oceano Atlântico (leste) conforme Oliveira et al. (2009).

No entanto, o processo da colonização européia na América (1492), provavelmente ocasionou uma movimentação dos indígenas que habitavam esses campos. Os conflitos foram constantes, desestabilizando e interferindo na cultura dos grupos remanescentes de caçadores e coletores: CHARRUAS, MINUANOS, YAROS, ARACHANES, dentre outros. O colonizador ibérico nos Campos Neutrais

---

<sup>2</sup> Entende-se por Indústria o local onde os indígenas confeccionavam seus instrumentos de caça, culinária e outros.

<sup>3</sup> Segundo Kern (1991, p. 257) *Tradições* são conjuntos maiores de materiais com características semelhantes, reunindo em geral diversas fases e que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um tempo (e espaço) mais amplos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma "nação" indígena.

não encontrou riquezas minerais e somente restou-lhe à exploração das terras com a criação de gado bovino e cavalar. Episódio que exterminou com as etnias indígenas em diversas regiões da América espanhola colonial.

Amaral (1973) destaca que a área dos Campos Neutrais surgiu através do Tratado de Santo Ildefonso, estabelecido em 1777, pelas Cortes Ibéricas, para fins de tornar o território como limites de fronteira. Havia então, um avanço considerável no processo de colonização brasileira. Aumentava cada vez mais, a necessidade da integração econômica do extremo sul com o mercado nacional. Desse processo decorreram inúmeros conflitos entre súditos dos reis de Portugal e Espanha, provocando imediata reação do governo português. Os conflitos, na maioria das vezes, se encontravam fixados à expansão dos territórios e da exploração do gado. As terras demarcadas se localizam entre a atual Reserva Ecológica do Taim e a foz do arroio Chuí na fronteira com o Uruguai, atuais municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí.

Uma das medidas foi a implementação do “pastoreio”. Logo, inúmeras cabeças de gado, oriundo das Missões, multiplicaram-se na região do Pampa, grande planície de vegetação rasteira mais meridional da América portuguesa, está ocupada por tropeiros, principalmente, na orla da Lagoa Mirim e proximidades do Taim. Ficava evidente em tal empreendimento a concretização de um avanço luso, capaz de viabilizar a integração definitiva desta região, consolidando-se assim a colonização dos Campos Neutrais. A criação de bovinos e cavalos prosperou e abrem-se os caminhos para as ocupações ocidentais e, então, através da miscigenação surgem novas culturas. Alguns grupos de índios aceitam a presença ibérica, outros resistem. De acordo com Vidart (1996) os indígenas que resistiram, acabaram massacrados, como exemplo, o conflito na cidade de Salsipuedes em 1831, onde o G<sup>al</sup>. Rivera apoiado pela classe política e dominante massacrrou os últimos guerreiros charruas.

A expansão da atividade pastoril proporciona um comércio rentável para os colonizadores, que construíram caminhos por todo o continente através das arreadas do gado xucro e do tropeirismo. Um desses caminhos é denominado pela historiografia de a *Vacaria do Mar*. Os tropeiros que ingressavam dos campos uruguaios e argentinos rumo ao sudeste do Brasil, tiveram sua rota nos Campos Neutrais.

A historiografia sobre os Campos Neutrais é baseada em documentos relacionados com domínio de territórios e conflitos sociais. Sua base é construída pelos colonizadores e homens que “lutaram” e fizeram “sua história” neste pampa. Um Tratado nas terras do outro, atribui que os Campos Neutrais deveriam permanecer desocupados mesmo que ali perambulasse alguns “infiéis”. As intenções de proporcionar oportunidades ao nativo são praticamente inconcebíveis, porém é muito bem explorado e de pouca significância para a construção da nova sociedade no velho mundo.

Entre os anos 1738 a 1758, ocorreu a primeira concessão de sesmarias<sup>4</sup> a três tipos de povoadores. Segundo Amaral (1973, p.130) esses povoadores podem ser classificados de acordo com o local de onde provinham; em primeiro lugar, foragidos da Colônia de Sacramento (militares e civis); outros procedem do centro e norte (aventureiros em busca de fortuna) e finalmente, muitos lotes de terras eram entregues a militares servindo nas guardas e fortes, ficando, assim, na dupla função de soldados e criadores, o que conforme o autor não constituía novidade na época. Essa dupla função também foi descrita como,

[...] área de disputas, palco de muitas lutas fronteiriças, a classe de estancieiros-soldados que se formou pelo privilégio de ocupar os campos lentamente ganhos do *inimigo*, ao resguardar os seus interesses, os seus bens, estava automaticamente o controle, domínio da área lusitana (BARROSO, 2006,p.182).

Esse primeiro processo de concessão foi realizado por André Ribeiro Coutinho, Diogo Osório Cardoso e posteriormente Gomes Freire de Andrade. Mais tarde, em 1852, o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa iniciou a criação do povoado em terras que pertenciam à sesmaria de Carvalho Porto. No ano de 1855, Soares de Andréa juntamente de Manuel Corrêa Mirapalmete fundaram a povoação. Em 24 de dezembro de 1888, esse povoado passou a ser chamado de Santa Vitória do Palmar, pelo motivo da esposa de Manoel Corrêa Mirapalmete ser chamada de Vitória e devota da Santa Vitória, e Palmar, por nesta região haver uma grande concentração de palmeiras *Butia capitata*. Finalmente, a ocupação se completou em meados do século XIX, chegam a região dos campos os primeiros imigrantes italianos, que juntamente com os lusos, espanhóis e mestiços formaram a

---

<sup>4</sup> Uma sesmaria compreende a 01 légua de frente por 03 léguas de fundo, é o equivalente a 13.000 hectares.

etnia do povo santa-vitoriense, tais imigrantes não é objeto desta presente investigação científica.

Até a construção da BR 471, em 1969, conhecida como Rodovia Brigadeiro José da Silva Paes, o município vivia quase que num isolamento em relação ao Rio Grande do Sul, vinculando-se mais estreitamente com o Uruguai em função das rodovias. Apesar, do surgimento da Rodovia Brigadeiro José da Silva Paes, Corrêa (1996) destaca que a densidade demográfica da região continuou baixa. O referido autor acrescenta que é importante salientar a maneira de divisão territorial das propriedades, guardam em grande parte, as mesmas características do período colonial, representado por grandes latifúndios voltados à criação de gado e plantio de arroz que determinam a paisagem atual.

E, finalmente, o atual município do Chuí, foi desmembrado de Santa Vitória do Palmar no final de 1995, é o município mais meridional do Brasil, e possui uma área de 200 km<sup>2</sup>.

## **1.2 O Espaço, a Paisagem e a Espacialidade: Uma Abordagem Interdisciplinar**

Pensar uma pesquisa que tem como problemática interpretar os “Vestígios Materiais de uma Herança Cultural Pastoril” devemos estar ciente que tal temática envolve uma série de conceitos oriundos de outras áreas do conhecimento, como por exemplo: a Geografia, História, Biologia e a Arqueologia. Os conceitos de espaço, paisagem, e espacialidade são abordados de diferentes maneiras por diversos autores, ou seja, sempre no esforço de contemplar a matriz-teórica que os originou. Sem falar no tempo e contexto que foram produzidos.

No entanto, a concepção geográfica ressalta que o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado (SANTOS, 1988, p. 37). Sendo assim, a paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo e complexo.

### **1.3O que é Paisagem?**

Segundo Santos (1988, p. 61) a paisagem é tudo aquilo que nós podemos ver, o que nossa visão alcança, podendo ser definida como o domínio do visível. E

conclui, não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. Silva (2006, p.30) considera que uma paisagem engloba elementos do passado, do presente, de projeções e perspectivas de futuro.

Portanto, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Que nas interpretações de Santos (1988, p. 62) a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. E conclui que nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem com aspecto, para chegar ao seu significado.

A abordagem da geografia crítica propôs que considerássemos dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. Santos (1988) argumenta dizendo que, à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica, dentre outras. E destaca que, a produção do espaço é resultado da ação dos homens, agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p. 64).

#### **1.4 Paisagem Natural e Artificial?**

De acordo, com Santos (1988, p. 64) a paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano.

Sendo que, a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quando ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério (SANTOS, 1988, p.65).

A partir de Silva (2006, p. 24), compreendemos que as sociedades ocidentais modernas ao serem elaboradas formas de domínio e a distribuição de pessoas no espaço, onde o mapa cumpriu uma tarefa de investigação, exame e governo. Assim,

[...] quanto mais complexa for a vida social, mais nos distanciamos da paisagem natural e nos dirigimos à paisagem artificial. Ao levar em conta a história dos modos de produção, nela reconhecemos as diversas gradações do artifício, com o domínio do cultural se tornando cada vez mais marcante e significativo (SANTOS, 1988, p. 65)".

Em cada momento histórico, os modos de fazer são diferentes, o conjunto de técnicas são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais

complexo, exigindo mudanças correspondentes às inovações. Assim, Santos (1988, p. 67) analisa que através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra.

Nas palavras de Santos (1988, p. 68) a paisagem não é dada para todo e sempre, é objeto de mudança. É resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. E conclui, a paisagem é suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo; é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.

### **1.5 O que é Espaço?**

Segundo Santos (1988, p. 71) o espaço é o conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. E conclui, o espaço é o resultado da ação dos seres humanos sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais.

Sendo assim, o espaço e a ação dos seres humanos não são categorias estáticas, porém, são relacionadas de forma dialética. Os conceitos de espaço, paisagem são abarcados como instrumentos que constantemente (re) elaboramos, (re) significamos e utilizamos para transformar, vivenciar e compreender o mundo em determinado tempo e espaço (SILVA, 2006).

### **1.6 O Espaço, a Paisagem e a Espacialidade: Confusão Conceitual**

Assim como o termo paisagem, a palavra espaço também é utilizada em muitas definições. Falamos em espaço da rua, espaço da sala, espaço do refrigerador, dentre outros. Santos (1988, p. 71) destaca que o espaço é um dos termos que mais possuem verbetes nos dicionários e enciclopédias; e em alguns comparecem com centenas de sentidos diversos. A palavra espaço é também utilizada como substantivo. Segundo Santos (1988, p. 71) a própria palavra paisagem é comumente utilizada para designar o espaço.

Porém, a paisagem é diferente do espaço. De acordo, com Santos (1988, p. 72) a paisagem é a materialização de um instante da sociedade. Seria, a grosso

modo, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. Entretanto, o espaço nas palavras de Santos (1988, p. 72) resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. E conclui, dizendo que a paisagem e o espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem.

Como vimos anteriormente, Santos (1988) nos diz que o espaço é resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade, ou seja, a paisagem tem permanência e a espacialidade e o momento. A paisagem é coisa, a espacialidade é funcional e o espaço estrutural. Assim,

O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial (SANTOS, 1988, p. 73-74).

## 1.7 O Patrimônio Cultural

O que entendemos por patrimônio? A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de *pater* – pai. Haigert (2006, p. 142-143), destaca que o patrimônio pode ser expressado a partir da modificação que uma sociedade faz na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestações socialmente compartilhadas fazem parte daquilo que denominamos de patrimônio. O autor, considera que todas as manifestações materiais da cultura, criadas pelo homem, têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas dessas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E, ainda afirma, que existe hoje um consenso generalizado de patrimônio, “o de uma construção social”, construção essa que pode ser entendida como cultural, devido a uma idealização humana. Logo, aquilo que é caracterizado como patrimônio depende do entendimento de um determinado coletivo humano e num determinado momento, em que se considera tal objeto ou fato socialmente digno de ser legado às gerações futuras. Assim, os bens culturais são:

Os pontos de partida dos quais se originam muitas informações, conhecimentos e enfoques. Eles servem como fonte primária de observação aberta à exploração. Neles se condensa um amplo leque de manifestações e relações humanas, tanto existidas como existentes. Essa capacidade diferenciada de relacionar-se com o patrimônio se origina na maneira desigual que os grupos sociais participam de sua formação e manutenção. Ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades, em sua formação e apropriação, exigem estudá-lo também como um espaço de luta material e simbólica entre as classes, etnias e grupos (HAIGERT, 2006, p. 144-145).

Ao analisar a definição de patrimônio, Bastos e Bruhns (2006, p.107), classifica o mesmo através das propostas pós-modernas que se propõe o Turismo no sentido globalizado num mundo de globalizações. Assim, a necessidade de destacar conceitos sobre o patrimônio cultural classifica como: Patrimônio Cultural Arqueológico; Patrimônio Cultural Paisagístico; Patrimônio Cultural Ambiental e Patrimônio Cultural Natural. Dentro de suas propostas, o conceito adequado à presente dissertação pode-se constatar o Patrimônio Cultural Paisagístico, que destinamos ao nosso entorno natural e construído pelo homem.

Para melhor explicitar o conceito de patrimônio, que neste caso vem acompanhado do adjetivo cultural, destacamos que:

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a idéia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio (SOARES, 2003, p.46).

Assim, Teixeira (2008, p. 202) analisa que patrimônio não é necessariamente tudo aquilo que determinada sociedade considera significativo no presente, mas também o que foi importante no passado. Conseqüentemente, não é apenas o belo, o grandioso, o heróico. Também é o corriqueiro, o cotidiano e o simples.

Bastos e Bruhns (2006, p. 91-93), destacam na Constituição Federal do Brasil de 1988, o artigo 216 estabelece que: “Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico”.

Entretanto, diante do avanço tecnológico, de discussões de diferentes áreas há tendências de surgir novas abordagens sobre o patrimônio cultural. Os autores tomam como exemplo, o recente lançamento pelo governo federal do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com o apoio da UNESCO. O referido programa é entendido enquanto práticas, conhecimentos e técnicas, juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares em contexto. No entanto, é dessa forma que as comunidades, os grupos e alguns indivíduos apropriam-se como seu patrimônio cultural. O patrimônio cultural imaterial se transmite de geração em geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

No entanto, a necessidade de conhecer e proteger o patrimônio estão expressos no art. 23, que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- ✓ III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- ✓ IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- ✓ V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Pensando em conservação dos Currais de Palmas e considerando-os como Patrimônio cultural construído, observa-se que no Decreto-Lei n.º 25/37 esses vestígios estariam (devido seu potencial histórico) em situação de reconhecimento como importante patrimônio local, regional e nacional. O Capítulo I do referido Decreto dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

No art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Contudo, tratando-se de Currais de Palmas que estão dispersos na paisagem é muito importante considerar o parágrafo 1º e 2º do Capítulo I do Decreto-Lei n.º 22/37.

✓ § 1º - Os bens a que se refere o presente artigo, só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

✓ § 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

## **1.8 Integridade e Preservação do Patrimônio**

### **1.8.1 Impactos na Área de Estudo**

Segundo os dados existentes na FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) são 25 municípios que integram a planície costeira do Rio Grande do Sul. No entanto, as áreas de destaque para se fazer um diagnóstico dos impactos potenciais ao patrimônio vão se restringir ao município de Santa Vitória do Palmar e Chuí, municípios localizados dos Campos Neutrais.

Ao longo dos anos a necessidade da rotatividade de culturas e o descanso da terra, fazem com que constantemente os agricultores optem por novas áreas cultiváveis, dessa forma, contribuindo para a diminuição dos campos nativos. A maioria dos 25 municípios que integram a planície costeira com exceção de alguns balneários, todos possuem em sua base econômica o cultivo do arroz irrigado, plantas do seco e a pecuária. Estas atividades agropastoris apresentam altos e baixos investimentos sempre dependendo das políticas comerciais.

Neste caso, ao fazer uma interpretação dos vestígios materiais agropastoris nos Campos Neutrais, não podemos dissociar estas atividades de exploração, isto é, o cultivo de arroz irrigado, plantas do seco e a pecuária. Pois, na maioria das vezes é a agricultura que causa maior impacto ao patrimônio cultural que se encontra no ambiente (APÊNDICE C).

Desde a década de 1950 os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí vêm desenvolvendo a técnica do cultivo de arroz e a criação de gado em grande parte de seus campos. Outras culturas como a do milho, soja, sorgo e trigo foram

testadas, porém, não se “desenvolveram” ou trouxeram um menor lucro que o cultivo do arroz irrigado. Dessa forma, o cultivo do arroz sempre esteve em primeiro plano nesta região.

Em 1970, o governo brasileiro adota uma estratégia política para obter vantagens comparativas no mercado mundial. Estas medidas iriam colocar a agricultura como solução dos problemas, ou seja, através da modernização das máquinas e das práticas agrícolas haveria um aumento na produção. No entanto, juntamente com essa modernização viria a redução de mão-de-obra no campo e a degradação ambiental,

Esta política agrícola resultou na degradação ambiental e social com a contaminação de solos e águas, perdas de solos agricultáveis, turbidez de bacias hidrográficas costeiras, êxodo rural e invasões de terras principalmente no sul do país (TAGLIANI, 1995, p. 13).

Sendo assim, os impactos socioambientais que comumente os pesquisadores lutam para reverter ou torná-los sustentáveis, são os mesmos que assolam o Patrimônio Cultural.

O cultivo do arroz irrigado (principal base econômica de Santa Vitória do Palmar e Chuí) exige que o terreno seja plano para conter a água entre as marachas<sup>5</sup>. Canais são utilizados para levar a água aos diversos espaços da área de cultivo, sendo que alguns são denominados de “esgotos” para retirarem o excesso<sup>6</sup> dessa água.

Segundo Oliveira (2006) a lagoa Mirim e Mangueira são de extrema importância para a irrigação do arroz num período de seis meses até a maturação da planta. Além disso, é uma respeitável fonte de beber para os animais de todas as propriedades que fazem limites com os estuários. No município de Santa Vitória do Palmar, nos anos que segue a década de 50, foram construídos ao entorno das lagoas enormes canais com levantes<sup>7</sup> para extrair a água e posteriormente depositá-las nos canais de acesso as lavouras (APÊNDICE D).

---

<sup>5</sup> São pequenas barreiras de contenção de água que medem aproximadamente 1m de largura por 0,60m de altura.

<sup>6</sup> Geralmente estes canais são utilizados em períodos de chuva. Nestes períodos ocorre um aumento do nível das águas entre as marachas e ao drenar a lavoura para a colheita faz-se necessário a abertura destes “esgotos”.

<sup>7</sup> Levantes são os locais onde se encontram os motores (a propulsão ou elétricos) anexados a bombas hidráulicas para a sucção da água.

Inicialmente, o processo agrícola é lento, mais tarde, com o avanço tecnológico das máquinas há uma facilidade no exercício e na técnica de drenagem das áreas alagadas, de tal modo a aumentar as áreas de plantio. Portanto, muitos córregos foram desviados ou até desapareceram. Desse modo, áreas alagadiças e banhados de pequeno porte são drenados para outros de maior volume ou para as lagoas assim “fazendo campo” como já dissemos, tornando apto à agricultura e à pecuária.

Os impactos são imensuráveis em Santa Vitória do Palmar e Chuí nas áreas alagadiças. A drenagem executada nessas áreas reduziu drasticamente os habitats naturais dos animais, e os nichos entre as margens dos alagados, locais propícios para a desova dos peixes.

Mas com relação ao patrimônio histórico desses municípios pouco se preservou. As estâncias com seus casarões e outras estruturas de moradia estão em ruínas. Portanto, sabemos que uma das causas dessa destruição aconteceu quando grandes empresas orizícolas se instalaram no município de Santa Vitória do Palmar, muitos proprietários arrendaram suas terras com toda a infraestrutura. As empresas geralmente cedem estas moradias para o alojamento dos peões ou as tornam depósito das máquinas e implementos agrícolas, e conseqüentemente, acabam depredadas (APÊNDICE E).

As matas nativas sofrem um desmatamento desregrado, pois há uma necessidade de aumentar as áreas cultiváveis. Este desmatamento não foi somente realizado pelas grandes empresas, mas também por pequenos proprietários que precisam aumentar a área da propriedade. As pequenas matas silvestres eram consideradas pelos seus proprietários como sendo uma área de sujeira e que somente serviam para “ajuntar bichos”<sup>8</sup>.

Dentre as matas nativas gostaríamos de destacar a floresta de palmeiras *Butia capitata*. Os butiazeiros que resistem ao tempo e aos homens são aqueles localizados fora das propriedades, nas margens das estradas vicinais e rodovias. Com a chegada do fio de metal em 1929<sup>9</sup> acontece o cercamento das propriedades e com isso podemos considerar o marco para desaparecimento desta floresta (*Butia capitata*) entre os cercados. O gado seria o maior indicativo dessa destruição, pois

---

<sup>8</sup> Palavreado utilizado entre os peões das estâncias e o homem que vive o cotidiano rural.

<sup>9</sup> Depoimento do Eng<sup>o</sup> Agrônomo Carlos Alcy Cardoso natural de Santa Vitória.

acaba comendo a plântula e, portanto, acarreta no desaparecimento gradual da árvore.

Oliveira; Teixeira (2005) destacam que estas florestas (*Butia capitata*) foram de extrema importância para sociedades indígenas e aos primeiros colonizadores. Os indígenas alimentavam-se dos frutos do butiá, pois este possui um alto valor nutritivo. Dos caroços retiram as amêndoas e também utilizavam as folhas para construir suas choupanas e barreiras de contenção contra o vento.

Já o colonizador teve a oportunidade de presenciar estas atividades dos indígenas, também usufruiu da palmeira para subsidiar a escassez de madeira na região. Esse subsídio deu-se através do transplante da palmeira para a construção de currais (APÊNDICE F). As palmeiras eram transplantadas ainda pequenas entre 1,50m a 2,00m de altura e serviam de encerra para o manuseio do gado e o cavalo. Assim, os sujeitos que fizeram parte do processo de colonização e ocupação do extremo Sul do Brasil deixaram vestígios de suas estâncias. Estes vestígios são: os valos, os currais de palmas, matas e moradias. Dessa forma, são vestígios ainda pesquisados e possivelmente se encontram em contexto com as vacarias do mar, pois nesta região historicamente se localizam os caminhos das tropas rumo ao norte do Brasil.

### **1.8.2 O Potencial de Preservação**

Como agente modificador do meio natural, no início da ocupação humana das Américas, o impacto ambiental é desprezível, uma vez que os recursos naturais eram utilizados apenas para suprir as necessidades de sobrevivência. Entretanto, a partir de 1500, com a colonização acelerada do continente americano, os impactos começaram a se fazer sentir com mais intensidade e rapidez.

Bracco (2004) analisa que o colonizador europeu ao explorar o litoral americano, promove um intenso impacto cultural nas sociedades indígenas. Para convertê-los à fé cristã, foi intensificado um longo período de catequização pelos padres jesuítas, um processo que iria legitimar a cultura do branco contribuindo para a extinção das culturas indígenas. Outras consequências que contribuíram para redução drástica da cultura indígena foram às doenças (varíola, sífilis, gripe e etc.) e a miscigenação.

No século XIX, o nascimento da indústria exigiu cada vez mais a obtenção de matérias-primas para diversas atividades, especialmente para confecção de embarcações, instalação e desenvolvimento de ferrovias, fabricação de instrumentos agrícolas, entre outras. O empreendimento industrial aumentou as áreas para agricultura e pecuária em escala global, o que teve como consequência direta a degradação das matas e florestas nativas. Por outro lado, o deslocamento de pessoas pelo continente foi interferindo no modo de vida das populações tradicionais e, muitas vezes, acabaram por provocar o seu desaparecimento. O século XX é o período em que a tecnologia dá um grande salto de desenvolvimento e apresenta, cada vez mais, soluções para melhor qualidade de vida do enorme contingente de pessoas espalhadas pelo mundo.

Sob outro ponto de vista, em relação aos impactos ambientais “homem x recursos naturais”, observa-se que o desenvolvimento humano promove a destruição de seu próprio rastro. Embora os impactos do “desenvolvimento” sobre o legado cultural das diversas etnias que ocuparam o continente americano tenha sido considerável, e muito se tenha perdido nesse processo, existe ainda uma infinidade de indícios preservados (conhecidos ou não).

O Patrimônio Cultural existente no extremo Sul do Brasil é muito rico e vem sendo objeto de pesquisa por vários autores: Cunha (1959); Jacobus (1991); Oliveira; Teixeira (2007, 2005a,b,c); Oliveira (2008a,b); Oliveira; Tagliani (2009); Oliveira et al. (2009); Schmitz et. al. (1997, 1991, 1982); dentre outros. O grau de preservação desse patrimônio é relativamente bom, apesar da agricultura, e isso se deve ao isolamento geográfico da região e a dificuldade de acesso às áreas de ocorrência. Porém, esta situação está mudando em função, principalmente, de novas perspectivas de crescimento econômico na região.

O potencial patrimonial (histórico, arqueológico e paleontológico) da região é referência para muitos pesquisadores do Brasil e do exterior. Logo, torna-se imprescindível a pesquisa que divulgue um conhecimento mais detalhado e aprofundado desse Patrimônio Cultural, bem como ações concretas visando à valorização e conseqüente necessidade de preservação.

### 1.8.3 As Dificuldades de Preservação dos Vestígios Históricos

O desenvolvimento tecnológico e crescimento urbano nos últimos 50 anos prejudicaram a integridade do Patrimônio Cultural, no extremo Sul do Brasil. Recentemente, na região de Rio Grande, o desenvolvimento portuário e o incremento nos processos sazonais ligados ao veraneio e turismo têm provocado um aumento populacional e uma demanda por infraestrutura crescente os quais embutem um risco igualmente crescente no que diz respeito à integridade do Patrimônio Cultural na região.

Em Santa Vitória do Palmar, podemos considerar que a agricultura e a pecuária foram responsáveis pela destruição de inúmeros vestígios históricos. Oliveira (2007) destaca que o período de maior destruição se deu entre os anos 1960 e 1980. Nessa época a preservação não era prioridade, havia pouca divulgação sobre o patrimônio e a educação patrimonial ainda não se constituía em uma importante ferramenta educacional como é atualmente.

Causas naturais também promovem a degradação e/ou destruição de sítios históricos (matas nativas, valos, currais de palmas) na região. No litoral marinho, pode-se dizer que as matas nativas localizados entre as dunas foram completamente destruídas por fenômenos antrópicos e naturais (APÊNDICE G). O ambiente praial na região é muito dinâmico e sujeito as variações climáticas sazonais. A erosão eólica promove a exposição dos vestígios localizados na faixa litorânea, os quais ficam sujeitos ao transporte e movimentação por pequenos cursos d'água em épocas de intensa precipitação. O homem também está inserido neste ambiente através das plantações de pinos e eucalipto e da exploração do gado. Entretanto, há ainda uma carência muito grande de programas e projetos que aporem os recursos necessários para o monitoramento e ações de preservação do Patrimônio Cultural no extremo Sul do Brasil.

A região possui profissionais ligados à área de pesquisa, porém falta uma política por parte do governo Federal em parceria com o Estado e os municípios, que viabilizem a manutenção dos pesquisadores na região. Os melhores salários e oportunidade de “emprego” continuam sendo os Estados ao norte do Brasil. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Estado do Rio Grande do Sul conta apenas com 01 (um) arqueólogo para monitorar e despachar autorizações para vistorias e pesquisas relacionadas ao patrimônio público. O órgão

conta com auxílio de diversos pesquisadores ligados a entidades públicas e privadas distribuídas pelo interior do Estado e do Brasil para exercer a função indireta de fiscalizador, uma atuação de “parceria” que impede a existência de mais oportunidades de trabalho.

#### **1.8.4 As Políticas Públicas Ambientais: Subsídios para Preservação do Patrimônio Cultural**

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO é o fator de convergência entre as principais políticas de meio ambiente e zona costeira no Brasil.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC - Lei 7661/88) possui como finalidade primordial, o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental na Zona Costeira do país, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Entre os objetivos do PNGC, está explícita a necessidade de proteção do Patrimônio Cultural existente na planície costeira:

Estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu **patrimônio natural, histórico, étnico e cultural**. [grifos de minha autoria]

Entretanto, o que se observa hoje, passados 20 anos de sua criação, é que o PNGC tem avançado de forma irregular no país e, de uma maneira geral, seus efeitos desejados não conseguem atingir o terceiro escalão de governo – o município. São raros os municípios costeiros que têm estabelecido e implementado o seu Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, uma das ferramentas de gestão previstas na segunda versão do PNGC.

O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecido pela lei Federal nº 6938, de 31/08/81, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Em 1997, a Resolução nº 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) - definiu as competências da União, Estados e Municípios e determinou que o licenciamento deverá ser sempre feito em um único nível de competência. No Rio Grande do Sul, com a aprovação do Código Estadual de Meio Ambiente - Lei Estadual nº 11520 de 03 de agosto de 2000, de acordo com

seu artigo 69, *"cabará aos municípios o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local, bem como aquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou Convênio"*.

Embora se aplique a qualquer município, esse regramento legal na definição das competências do licenciamento, acabou por proporcionar uma via interessante para a efetiva elaboração e implementação dos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro no Rio Grande do Sul.

O incremento do processo de descentralização do licenciamento ambiental municipal para aquelas atividades cujo impacto é estritamente local, e que estão descritas na Resolução 102/2005 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), bem como as atividades relacionadas ao manejo florestal, descritas na Resolução 16/2001 do CONSEMA, vem sendo promovido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Com isso, a SEMA visa "desafogar" os processos que correm pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), visto que, atualmente, oito em cada dez licenças solicitadas à FEPAM são de impacto local e poderiam ser emitidas pelos órgãos municipais.

A habilitação municipal ao licenciamento depende do cumprimento de requisitos estabelecidos pelas Resoluções CONSEMA 04/2000 e 011/2000, dentre os quais está a elaboração de um Plano Ambiental. O Plano Ambiental Municipal (PLAM) é um instrumento de gestão que visa a integração e organização dos diversos segmentos da Administração Municipal para garantir a operacionalidade de ações voltadas ao controle e monitoramento das atividades efetiva ou potencialmente causadora de degradação ambiental (Lei Estadual nº 10.330 de 27 de dezembro de 1994 e a Resolução do CONSEMA nº 011 de 17 de novembro de 2000).

Constituem o PLAM as metas a serem alcançadas em prazo definidos com ênfase nos aspectos quali-quantitativos de planejamento, controle e monitoramento do meio ambiente, de forma compatível com os objetivos de melhoria da qualidade ambiental, previsto em lei e definidas a partir das propostas apresentadas.

Sendo um município costeiro, o PLAM pode ser considerado como o próprio Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro. Apresenta uma "radiografia" municipal, incluindo um inventário dos recursos naturais, da socioeconômica, da estrutura institucional e dos atores sociais governamentais e não governamentais públicos e privados e suas relações. A partir da interação entre os atores são caracterizados os

principais problemas existentes e os conflitos de usos, para os quais são propostas, de maneira participativa, diversas ações para a solução ou minimização dos mesmos, na forma de projetos de planejamento, manejo, controle e educação ambiental.

Para os municípios costeiros de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí os planos ambientais elaborados contemplam projetos de preservação ambiental, incluindo o Patrimônio Cultural, e estão previstos dentro dos respectivos programas de manejo.

A grande vantagem do Plano Ambiental sobre o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro é de que o primeiro, sendo uma exigência legal com prazo para implementação, obriga o município a elaborá-lo e colocá-lo em prática. Em segundo lugar, uma parte dos recursos financeiros necessários à execução dos projetos deve estar prevista para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente no orçamento municipal, o qual pode ser complementado com a arrecadação de taxas e multas oriundas do processo de licenciamento e direcionado aos projetos prioritários definidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

A busca pela sobrevivência e conforto fez o homem enfrentar os diversos obstáculos que a natureza lhe impunha, sendo que os vestígios dessa “ação humana”, encontram-se na cultura material, grande parte ainda preservada em subsuperfície. Entretanto, a constante transformação e renovação dos ambientes costeiros frente aos agentes naturais são empecilhos no que se refere à preservação dos vestígios deixados pelas culturas de nossos antepassados.

Na planície costeira do extremo Sul do Brasil, ao rever os últimos 50 anos do processo de ocupação, observa-se a urgência na implementação de ações que conduzam tanto a valorização do Patrimônio Cultural como a sua preservação. A pesquisa e o diagnóstico arqueológico já realizado nessa região permitiu a construção de um banco de dados digital, materializando uma importante ferramenta para gerenciar outros projetos e planos ambientais de assessoramento e desenvolvimento socioeconômico.

A necessidade de políticas públicas mais consistentes visando a preservação desse importante registro histórico-cultural é evidente, assim como a ineficiência dos instrumentos de gestão dos programas de Gerenciamento Costeiro do Rio Grande do Sul, para esse assunto em particular. Entretanto, uma alternativa concreta para o início de um programa de manejo específico em âmbito municipal surge por meio de

Planos Ambientais Municipais, um instrumento de gestão destinado à integração e organização dos diversos segmentos da administração municipal para garantir a operacionalidade de ações voltadas ao controle e monitoramento das atividades efetiva ou potencialmente causadora de degradação ambiental.

### **1.9 Metodologia da Pesquisa**

Agora vamos expor o que consideramos o mais prazeroso do desenvolvimento da pesquisa: o trabalho de campo. Para registrar os vestígios agropastoris nos Campos Neutrais, não podemos deixar de relatar todas as atividades realizadas e os métodos aplicados. Métodos que aprimoramos durante o transcurso da graduação sob a orientação de diferentes profissionais, e por que não dizer, dos nossos colegas, que interagem nos encontros. Foram momentos importantes, de incentivo, sugestões que resultavam em “combustível” para seguir adiante. Portanto, iremos descrever o processo da pesquisa sobre os “Vestígios Materiais de uma Herança Cultural Pastoril nos Campos Neutrais” que deu origem à presente dissertação.

A metodologia empregada para a localização de sítios deverá utilizar tanto o método oportunístico, quanto o método probabilístico (Neves, 1984).

O método oportunístico consiste na busca de informações orais junto aos moradores da região e o caminhamento assistemático do terreno observando diretamente o espaço e confrontando com a descrição e mapeamento existente, procurando aqueles locais mais prováveis ou preferidos para assentamento humano como as margens de cursos de água, alto de colinas, áreas de solos férteis, etc. (Monticelli e Domiks 1998:14).

O método probabilístico é a aplicação de um conjunto de técnicas sistemáticas para ampliar a probabilidade de descoberta de vestígios arqueológicos em um espaço geográfico previamente definido (Gallardo e Cornejo, 1986:410 apud Jacobus 1997). Neste método entende-se que a probabilidade de descoberta de sítios é afetada por fatores que estão ou não sob controle direto do arqueólogo. Os fatores não controlados diretamente são:

- a) acessibilidade (impedimentos à mobilidade do pesquisador, tais como clima, topografia, vegetação e fauna, construção);

b) visibilidade (fatores ambientais que impedem que os vestígios arqueológicos sejam vistos como a ocorrência de vegetação densa, áreas inundadas, pastagens). As áreas consideradas de boa visibilidade são os terrenos cultivados e as terras aradas.

c) Obstrutividade (natureza dos vestígios arqueológicos como cor e textura, que impede ou não sua localização);

d) agrupamento (o grau de concentração dos vestígios no sítio);

e) abundância (relação entre o número de sítios e a área prospectada).

Os fatores controlados diretamente pelo arqueólogo são dependentes das técnicas e estratégias de prospecção, como por exemplo:

a) intensidade (quantidade de esforço dedicado à prospecção)

b) probabilidade (definida pela possibilidade aleatória de que todos os vestígios ou sítios arqueológicos da área de pesquisa estejam representados na amostra) (Gallardo e Cornejo, 1986:410-412 apud Jacobus, 1997: 11-12).

A técnica básica relacionada ao fator intensidade é a “tática pedestre” ou “caminhamento”. É a inspeção sistemática da superfície, através de linhas de caminhamento controladas, de uma unidade de prospecção (unidade de amostra) por uma equipe de pesquisadores.

Assim, a área será visitada buscando verificar o seu potencial arqueológico e a eventual ocorrência de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, além de avaliar o risco arqueológico, entendido como “*a possibilidade iminente de alterações e conseqüente comprometimento e/ou destruição do potencial informativo*” (Juliani, s/d) da área.

O potencial arqueológico, entendido aqui como “*a probabilidade de ocorrência de vestígios culturais materiais que apresentem significância para um dado contexto*” (Juliani, 1996: 26), dever ser considerado tendo em vista, principalmente, a variável *grau de preservação do solo*. Sabe-se que são vários os fatores que interferem na probabilidade de existência ou não de vestígios materiais em determinadas áreas, entre os quais são fundamentais os contextos ambiental e histórico. No entanto, o

grau de preservação do solo é determinante na possibilidade de se encontrar vestígios de ocupações humanas passadas.

### 1.9.1 Histórico da Pesquisa

Ao ingressar no curso de graduação em História-Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no ano de 2004, já tinha como objetivo desenvolver pesquisa na área de Arqueologia. Nessa universidade, se encontrava o Laboratório de Ensino e Pesquisas em Arqueologia e Antropologia (LEPAN) coordenado pelo ilustre Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro, que logo, viria a se aposentar.

No mesmo semestre, tivemos a possibilidade de integrar a equipe deste laboratório através do vínculo de estagiário voluntário. O LEPAN neste momento já contava com nova coordenação, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Thisen. Logo, expomos nossas pretensões em trabalhar com a região de Santa Vitória do Palmar e Chuí, e assim elaboramos um projeto<sup>10</sup> de pesquisa denominado “Pesquisas Arqueológicas nos Municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí” com a orientação da Prof<sup>a</sup>. Beatriz.

O projeto inicial que deu origem a temática desta dissertação tinha como objetivo o levantamento de sítios pré-coloniais nos referido municípios. No LEPAN, obtivemos os primeiros passos para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente, no que diz respeito a coleta de dados em campo. Neto (1999, p.53) escreve que *“precisamos nos aproximar mais da idéia de campo, [...] uma vez que as possibilidades e os limites das diversas realidades existentes no cotidiano social permitem ao pesquisador um infinito leque de procedimentos e descobertas”*. Assim sendo, realizamos o levantamento bibliográfico e reconhecimento da área de estudo para poder encontrar subsídios e aprimorar os objetivos da pesquisa,

Levantamento bibliográfico [...] consiste em buscar o que existe da área ou assunto o qual se pretende investigar.[...]Reconhecimento da área trata-se de um passo fundamental para a elaboração e realização de um projeto de pesquisa reconhecer uma área ou região.[...]condições de estradas, abastecimento, manutenção, e características do veículo (jeep, camioneta 4x4 ou não, barco, etc.) lugares para acomodações, refeições ou obtenção de alimento e meios de prepará-los; manter contatos objetivando informações sobre potencialidade arqueológicas, [...]. MENTZ RIBEIRO (2004, p.10).

---

<sup>10</sup> Segundo MENTZ RIBEIRO (2004) trata-se propriamente do início da pesquisa, onde se delimitam os objetivos e relevância da atividade e se estabelecem estratégias ou os métodos e técnicas a serem utilizados para alcançar os resultados.

Entretanto, durante o período de férias da graduação percorremos os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí. O projeto foi concluído em dois anos e o veículo utilizado para locomoção foi uma motocicleta. Esta opção não foi somente pela economia que o veículo proporciona, mas pela agilidade de ingresso em terrenos de difícil acesso.

Inicialmente, conversamos com Promotora de Justiça Dra. Valdirene Sanches Medeiros Jacobs sobre o desenvolvimento da pesquisa, apresentando as cartas de autorizações para pesquisar, emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) conforme Portaria nº 07/88, Lei Federal nº 3924 de 26/07/1961 (ANEXO A), publicado no Diário Oficial (ANEXO B). Carta de apresentação dos pesquisadores emitida pelo LEPAN (ANEXO C). A promotora ao avaliar a importância do projeto e para auxiliar, também nos concedeu uma carta de apresentação do projeto (ANEXO D).

Divulgamos nossa pesquisa nos jornais e em programas da Rádio Cultura de Santa Vitória do Palmar. Após, localizamos os proprietários das terras onde possuíam sítios arqueológicos para apresentações e obter permissão ao ingressar no local e iniciamos nosso trabalho de campo,

Em primeiro lugar, devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. (NETO, 1994, p.54-55).

Na cidade de Santa Vitória do Palmar podemos contar com apoio do Engenheiro Agrônomo o Sr. Carlos Alcy Cardoso, que possui longos anos de trabalho pela zona rural do município. Suas informações agilizaram bastante as visitas pelo interior, pois ele já tinha conhecimento dos proprietários e de muitos Currais de Palmas.

Como já falamos anteriormente, para desenvolver o registro da pesquisa, utilizamos métodos da Arqueologia, que iremos descrever cada um deles:

### 1.9.2 Diário de Campo

Para realizar o registro de campo utilizamos um pequeno caderno para anotações diárias sobre as atividades exercidas. O diário de campo possibilita armazenar diversas informações (que podem ou não) ser aproveitadas e lembradas no momento de escrever relatórios, artigos e outros. É também considerado um importante documento para novas investigações e de particularidade do pesquisador,

Como o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. O diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa. (NETO, 1999, p.63-64).

No diário, apontamos o dia e hora que saímos a campo e o local a ser visitado. Registramos informações da área no entorno do sítio onde se encontravam os vestígios agropastoris. Descrevemos a utilidade de produção do local (agricultura, pecuária ou moradia), a vegetação e fauna, relevos e hidrografia. Também os dados sobre coordenadas geográficas obtidos pelo GPS, número de fotos e outras informações pertinentes.

### 1.9.3 O Georreferenciamento

Todos os vestígios agropastoris foram visitados “in loco” para o cadastro, como técnica para o registro foi utilizado um GPS MNS Brunton® e se procedeu do seguinte modo: buscamos os pontos de coordenadas geográficas sempre no centro do Curral de Palmas e dos Potreiros. A observação da paisagem e do espaço onde se encontravam os vestígios conforme Neto (1999, p.59) “*se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos*”. Desse modo, foram horas, e muitas vezes voltamos no dia seguinte ao mesmo local de ocorrência, para seguir fazendo caminhadas no espaço utilizado pelos sujeitos que construíram as estruturas agropastoris.

A imagem retirada a partir do programa Google Earth disponível na Internet foi fundamental para idealizar outras informações que seria impossível realizar a curto prazo. Também esse programa nos auxiliou a visualizar locais de difícil acesso e de obter imagens aéreas das construções utilizadas pelo homem na paisagem.

#### **1.9.4 A fotografia**

A fotografia, conforme Neto (1999, p.63) “*amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado*”. Para as imagens coletadas dos Currais de Palmas e Potreiros utilizamos uma máquina fotográfica digital da marca *Panasonic* de 6 megapixels. Procuramos o melhor ângulo para fotografar os sítios, sinais encontrados nas árvores, moradias e outras estruturas que achamos importantes para o registro.

Também obtemos, coordenadas do local onde nos posicionamos para tirar a fotografia. A foto retirada a partir da câmara digital permitiu realizar inúmeras imagens, criamos um arquivo digital de imagens. E, assim, ficando à nossa disposição uma “coleção” de imagens para utilizá-las nas publicações e eventos apresentados em sistema de áudio visual.

#### **1.9.5 Desenho**

A confecção de “croquis” é fundamental para interpretar as estruturas de Currais de Palmas e Potreiros. O desenho em papel milimetrado (MENTZ RIBEIRO, 1999) nos permite colocar todos os objetos expostos em suas posições reais. Nos “croquis” realizados durante a pesquisa constam medidas retiradas da dimensão dos vestígios, distância entre as árvores, número da quantidade de árvores, canais, estradas, banhados e outros elementos que estavam contextualizados no espaço do sítio histórico.

Portanto, compreendemos que o método aplicado foi satisfatório para o registro dos sítios históricos localizados nos Campos Neutrais. Também sabemos da importância da realização de uma escavação arqueológica para obter novos dados, porém esta técnica não foi utilizada devido aos recursos que endossam o projeto.

## **CAPÍTULO 2**

### **OS CURRAIS DE PALMAS E OS POTREIROS**

O capítulo 2, apresenta os registros dos Currais de Palmas e dos Potreiros construídos no espaço pelos protagonistas dos Campos Neutrais. Para estabelecer uma cronologia da durabilidade das palmeiras *Butia capitata*, buscamos na propriedade do Sr. Tiburcio, na cidade de Castilhos (Uruguai), subsídios para tal análise. Também, a importância da revisão bibliográfica dos protagonistas (indígenas, colonizadores e negros) para juntamente com os dados de campo suscitar novas interpretações. E por fim, o registro das matas, formando potreiros contextualizando-as com as concessões (sesmarias) realizadas entre os anos de 1814 a 1818.

#### **2.1 Sobre os Currais de Palmas Georreferenciados (vestígios)**

O interesse em pesquisar a temática, “os Currais de Palmas, no município de Santa Vitória do Palmar” surge desde a graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. As primeiras investigações partiram da oralidade de moradores da região, destacando apenas a finalidade destas estruturas servirem de “mangueiras para encerra do gado”. Ao visitar a propriedade do Sr. Jorge Figueiredo, na localidade de Curral de Arroios, no município de Santa Vitória do Palmar, obteve-se a coleta dos primeiros dados, de como se encontravam as estruturas no espaço selecionado pelos sujeitos na lida do gado.

Após realizar o trabalho de campo pelo interior do município, registramos a presença de quatorze estruturas de currais de palmas (APÊNDICE H). Segundo Oliveira; Teixeira (2006, p. 64) a maioria dos currais encontram-se em processo de degradação e extinção, devido a agressões antrópicas e naturais, ou até mesmo, ameaçada pelo ciclo natural de vida da árvore. Também, podemos observar que alguns currais encontram-se abandonados e ignorados ao devido valor histórico que representa para a história da comunidade local. O fato nos remete a seu valor histórico em outras épocas, da presença do criador de gado, do homem que cultivava suas tradições. Porém, esta identidade não ocorre com a presença do cultivo

extensivo do arroz irrigado na região. Essa prática da orizicultura não poupou as matas nativas e outros importantes sítios históricos e arqueológicos de grande potencial neste município.

Para conhecer melhor as estruturas de currais de palmas foi necessário realizar diversas saídas de campo, fazer contatos com os proprietários e conseguir permissão para entrar nos locais de ocorrência dos currais. Então, no desenvolvimento dessa pesquisa na parte prática (saída de campo) utilizamos ferramentas como: Sistema de Posicionamento Global (GPS), trenas para mensurar, máquina fotográfica (digital), folhas quadriculadas elaborar “croquis” e diário de campo. Efetuamos conversas informais com os proprietários, no sentido de obter mais subsídios sobre currais de palmas no intuito de poder não só georreferenciar os mesmos, mas sim de construir uma história destes currais de palmas. Pois, se tratando de uma temática inédita e bibliografia escassa, achamos pertinente dar ênfase à oralidade das pessoas que vivem em torno desse patrimônio cultural. Este momento da pesquisa foi agradável e de grande expectativa, ou seja, o diálogo, informações e o interesse pelas pessoas sobre esses vestígios.

Atualmente as concentrações expressivas de palmeiras existentes estão: ao norte, nas proximidades do Arroio Marmeleiro e Del Rey (localidade do Cordão), e na encosta da barreira quatro<sup>11</sup> junto à lagoa Mangueira, próximo ao banhado do Taim; ao sul, próximo da área urbana da cidade, essas árvores começam a se tornar mais raras a oeste, margeando a Lagoa Mangueira, ainda sobrevivem em áreas isoladas; e a leste, ao longo da Lagoa Mirim, até as proximidades da localidade dos Provedores, é onde hoje podemos observar ainda uma concentração expressiva de palmeiras.

Foram verificados quatorze currais. Sete apresentaram forma circular, com área variando entre 1.380 m<sup>2</sup> e 3.110 m<sup>2</sup>. Sete têm forma quadrada, com área entre os 625 m<sup>2</sup> e os 1.000 m<sup>2</sup> (APÊNDICE I). Seis estão isolados e oito formando conjuntos de até quatro unidades. Os referidos currais identificados foram plotados por GPS, fotografados e mensurados, preenchendo os requisitos exigidos pelo manual de registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

---

<sup>11</sup> Barreira refere-se a elevação do relevo formada por sedimentos marinhos depositados pelos eventos de regressão e transgressão marinha em períodos de congelamento e descongelamentos das calotas polares.

**Tabela 1 – Relação dos currais de palmas georreferenciados e registrados no IPHAN.**

Reg. IPHAN	NOME	LOCALIDADE	Coord. Latitude	Coord. Longitude	FORMATO
RS:LS 109	Waldir Silveira	Canelões	0286124 S	6291220 W	quadrado
RS:LS 110	Vitor Barbosa	Curral Grande	0304821 S	6301611 W	circular
RS:LS 111	Osmarino de Marco	Cerro Lindo	0279067 S	6305905 W	quadrado
RS:LS 112	Nilza Pereira Oliveira	Boqueirão	0284893 S	6297697 W	quadrado
RS:LS 113	Jorge Figueiredo	Curral de Arroios	0276687 S	6305905 W	circular
RS:LS 114	João Corrêa da Silva	Boqueirão	0284094 S	6296812 W	circular
RS:LS 115	Gumersindo Saraiva 1	Curral de Arroios	0276981 S	6304620 W	circular
RS:LS 116	Gumersindo Saraiva	Curral de Arroios	0276947 S	6304961 W	quadrado
RS:LS 117	Curral de Arroios	Curral de Arroios	0276631 S	6305869 W	Circular
RS:LS 118	Cerro Lindo	Cerro Lindo	0278327 S	6300386 W	quadrado
RS:LS 119	Adelaide Amaral	Duas Palmas	0287061 S	6303310 W	quadrado
RS:LS 120	Canelões	Canelões	0296063 S	6307771 W	quadrado?
RS:LS 121	Antonio Ludwig	Canelões	0296169 S	6307468 W	circular
RS:LS 122	Carlos Alcy Cardoso	Duas Palmas	0287145 S	6303152 W	quadrado

O Sr. João Corrêa da Silva, 95 anos, natural de Santa Vitória do Palmar, que possui em sua propriedade um curral de palmas, informou-nos (APÊNDICE J): “... nunca cheguei a ver os tropeiros usá-los, mas meu pai contava que na época do meu avô, costumavam chegar grandes tropas do lado da Mangueira, e aqui colocavam os animais durante a noite, e pelo dia ficava um indivíduo pastoreando os animais para não se afastarem muito...” Não se sabe se esses tropeiros eram índios, brancos ou negros. O nosso informante observou, ainda, que os currais eram mais fechados, ou seja, continham mais palmeiras em sua circunferência, e com a chegada da agricultura, sua integridade foi atingida.

A provável técnica de construção dos currais foi à utilização das palmeiras já existentes na área, que foram transplantadas completando a forma desejada. Não sabemos exatamente o número de árvores naquele tempo, mas sabemos que o palmar era muito extenso e havia muitas concentrações, o que poderia favorecer a retirada das árvores centrais de um suposto círculo ou quadrado.

No entanto, identificamos através dos sinais de estrangulamentos encontrados nas árvores que atingem entre 1,50 metros e 1,70 metros de altura que foram transplantadas (APÊNDICE K) quando exatamente tinham a respectiva altura mencionada, pelo fato do crescimento ser apical. Existem outras em número menor que não apresenta sinais, partindo do pressuposto que já estavam no local ao momento da construção.

A outra hipótese quanto ao estrangulamento, observamos que há alguns sinais em determinadas árvores que estão menos prolongados e mais profundos no caule, concluímos que neste momento foi utilizada amarras de couro (APÊNDICE L), fazendo com que as marcas podem surgir durante certo tempo de uso.

Em um dos currais existentes na propriedade do Sr. Jorge Figueiredo, Estância Curral de Arroios<sup>12</sup>, as palmeiras apresentam orifícios (APÊNDICE M). Esses orifícios foram interpretados como locais de fixação de couros (APÊNDICE N) de animais ou de outro caule de palmeira, com a utilização de clavas de madeira ou de metal<sup>13</sup> (APÊNDICE O) para fechar os espaços entre uma árvore e outra.

Outra hipótese, sendo o local de entrada dos animais é necessário existir uma parteira móvel, mas os sinais se encontram na lateral de contenção para a entrada dos animais no curral. Como não foi possível encontrar um curral com todas as árvores em sua circunferência, dificulta localizar com precisão as portas de ingresso dos animais na encerra.

Consideramos, assim, a necessidade de fazer uma análise mais profunda que leve em consideração as alterações no relevo e no entorno dos currais, o crescimento das palmas e as ações antrópicas. Existem ações constantes de plantio, que ocasionam o movimento do solo, implicando em modificações no relevo natural.

## **2.2 Os Currais de Palmas e os Potreiros como Espaço Construído**

A paisagem da área territorial dos Campos Neutrais foi descrita em [1828] pelo botânico francês, Auguste Saint Hilaire e suas observações por estas planícies estão descritas em seu diário, sendo importante fonte para muitos pesquisadores de diversas áreas da ciência. A pesquisa de Saint Hilaire (1987) ao longo de seu trajeto agregou personagens de diferentes etnias e raças, culturas, hábitos, construções, fauna, flora e a paisagem como elementos fundamentais de suas interpretações.

---

<sup>12</sup> A estância pertenceu ao Caudilho gaúcho e chefe militar federalista, participou da Revolução Federalista de 1893. Nascido em território gaúcho, Gumersindo fez parte do Partido nacionalista do Uruguai, conhecido como Partido "Blanco", Devido a perseguições políticas, voltou ao Rio Grande do Sul, tornando-se autoridade no combate à criminalidade que devastava os Campos Neutrais (Dornelles, 1988).

<sup>13</sup> No departamento de Rocha na cidade de Castilhos, ao fazer investigação em árvores que possuíam os orifícios, foi possível encontrar restos de metais.

A paisagem descrita pelo viajante ao deixar a cidade de Rio Grande na direção sul, se apresenta pouco povoada e escassa de matas nativas<sup>14</sup>. No entanto, podemos destacar que os primeiros registros dos currais de palmas surgem nos relatos desse viajante,

Vi hoje parques (currais) muito bonitos, formados de butiazeiros plantados em redor, próximos uns dos outros; a mistura de sua folhagem produz efeito muito agradável. Estas árvores se transplantam já grandes e tornam a pegar muito bem (SAINT HILAIRE, 1987, p. 123).

A construção dos currais de palmas está relacionada aos tempos em que ainda viviam as populações indígenas nessa região. Segundo Becker (1982) pode ser classificado em dois grupos: os MINUANOS e CHARRUAS. Os sujeitos que ocuparam esses campos tinham dificuldades de encontrar no ambiente madeira (árvores) de grande porte para construir locais de encerras.

As estruturas possuem formas circulares e retangulares, estão localizadas na paisagem entre ladeiras que vão ao encontro de arroios e banhados, muitas associadas a poteiros construídos com árvores nativas. O espaço ocupado pelas estruturas possui esta característica de estar modificando a paisagem em proveito das tarefas empregadas pelo colonizador em seu benefício.

As pesquisas realizadas em 1967 e publicadas por Anibal Barrios Pintos revelam novos métodos na construção dos Currais de Palmas, na cidade de Castilhos, no Departamento de Rocha, Uruguai (APÊNDICE P). As antigas mangueiras também eram construídas com palmeiras e pedras e alguns possuindo um curral menor anexado ao seu perímetro.

Estas características descritas por Barrios Pintos (1967), não foram avistadas nos Currais de Palmas de Santa Vitória do Palmar, apenas um curral na localidade de “Duas Palmas” alcança 100 metros e sua forma é quadrado (APÊNDICE Q), no entanto, não havendo existência de pedras em seu entorno.

Com relação à técnica de construção dos porteiros e currais podemos observar a importância dos acidentes geográficos, que propiciam a permanência e a sobrevivência do gado durante algum período.

---

<sup>14</sup> Neste caso, a rota escolhida pelo pesquisador Hilaire foi perpendicular a Lagoa Mangueira pelo lado oeste, pois em alguns momentos escreve avistando as dunas do lado oposto entre a lagoa Mangueira e o oceano. A leste, numa distância de aproximadamente 20 quilômetros se encontra uma paisagem adversa, a presença da floresta de palmeiras *Butia capitata* às margens da lagoa Mirim e nesta região predomina maior quantidade de matas nativas.

Al materializarse el régimen de propiedad privada en nuestro medio rural, el límite de las estancias de la época, coincidía con los accidentes naturales – ríos, arroyos, cuchillas, cerros, pasos, lagunas, cañadas, y hasta en ocasiones islas de árboles”-, siendo preferidos por los hacendados los llamados “rincones” – confluencia de dos cursos de agua -, por la mayor abundancia de aguadas para los ganados y porque tenían que proteger un solo límite para impedir su huída (PINTOS,1967, p.41).

Também o autor afirma que a construção dos potreiros e currais foram realizados por numerosos africanos escravizados, não associando o indígena que neste período histórico, estava em plena atividade campeira.

Os estancieiros que dominaram os campos do sul da América, eram na sua maioria pessoas de grande poder aquisitivo e de influências políticas. Assim, podemos interpretar que desde a colonização, a política socioeconômica se identifica aos grandes comerciantes, e em contraponto uma grande desigualdade social no campo. Em Buenos Aires, em 1920, historiadores registram numerosos latifúndios e outra classe de pequenos estancieiros e trabalhadores que segundo,

Miguel Cárcano describía una estructura colonial agraria dominada por latifundios y una clase adinerada de estancieros compuesta por burócratas, comerciantes y militares.[...] Si bien Mendonza, reconocía la existencia de pequeñas estancias, consideraba el latifundio como la forma predominante de explotación agraria. Así dividía la sociedad rural en dos estratos separados y, contrapuestos: en la cima los ricos estancieros, y los pobres, los gauchos y los indios en la base (MAYO,1995, p.51).

No entanto, em relação à historiografia sobre as classes sociais que dominavam os campos, apresentam eventos discriminatórios ao se referir a elementos, que representam uma classe rica (estancieiro) e a outra classe pobre (vagabundos). A “classe de vagabundos” é numerosa e impertinente aos interesses do estancieiro. A posse de terras evidentemente era para quem já possuía boas condições financeiras ou influências políticas. Essa desigualdade social agrária influenciou no crescimento dos numerosos “vagabundos”, que não possuíam outros meios de aquisição a não ser fruto do seu trabalho. Após a 2ª concessão de sesmaria, em 1818, realizada por D. Diogo de Souza, que exercia o cargo de 1º Capitão General de Capitania Geral do Rio Grande do Sul, nos Campos Neutrais, foram instalados proprietários com vários lotes de terras, propriedades que se localizavam entre o Uruguai e o Brasil.

### 2.3 O Palmar de Tiburcio: Referencial Cronológico

O Sr. Tiburcio Rocha era um produtor rural da zona “*de La Cueva Del Tigre*”, localizado no *Cerro dos Rocha*. Conforme seu filho, Fernando Rocha, 87 anos, no ano de 1924, Tiburcio efetuava limpeza em um dos locais de seu campo que estava coberto pela “*banana silvestre*”, com o objetivo de lavrar a terra e, encontrou um importante número de palmas butiá ainda pequenas, protegidas pela espécie antes citada. Diante desta circunstância procurou preservá-las, selecionou uma área de 1 hectare de extensão e transplantou entre quinhentas e seiscentas palmas. Esse processo de remanejamento foi realizado em dias nebulosos de pouca visibilidade para evitar ser objeto de piadas por parte de seus vizinhos. Fernando Rocha em depoimento recorda as palavras de seu pai: “... *yo aprecio mucho a las palmas, no les voy a dejar que se sequen, tampoco dejarlas tiradas o quemarlas*” nem mesmo permitia que as destruíssem, “... *las planté para verlas bonitas...*” Assim teve a precaução de proteger o acesso ao palmar cercando com a “*banana silvestre*”.

Ao observar o palmar de Tiburcio, podemos perceber uma simetria nos espaços entre cada palmeira e um alinhamento nas laterais. Fernando Rocha comenta que a cada dois anos aproximadamente efetuava limpeza dos troncos, extraindo ou eliminando pencas que eram aproveitadas para lenha do fogão e o forno de fazer pão.

Quando o Sr. Tiburcio precisava das folhas de palma para cobertura de telhado nas moradias e galpões, efetuava o corte de certa quantidade de folhas por espécie, dentro da visão sustentável. Os cachos de butiás não eram cortados até que as palmas possuíssem a altura de um exemplar adulto. Uma atividade bem comum efetuada pelo Sr. Tiburcio, era a encerra dos porcos dentro do palmar para que comessem os frutos que estivessem maduros, caídos ao solo.

O Sr. Tiburcio manteve em segredo o êxito de seus transplantes e quando alcançou uma idade avançada repassou sua experiência: “... *hay que marcar la hoja de la palma que se orienta hacia la salida del sol y trasplantarla en la misma orientación, a ese punto cardinal...*”. Atualmente as pessoas que vão executar o transplante de palmeiras butiá seguem suas técnicas.

Ao analisar o palmar com idade de 73 anos, plantado por Tiburcio, obtivemos dados importantes para o estudo dos sinais de estrangulamentos encontrados nas

palmeiras utilizadas na construção de currais no município de Santa Vitória do Palmar.

As técnicas aplicadas por Tiburcio são singulares, produto de sua experiência com as plantas e principalmente de afetividade. Sabemos que ele procurou aproveitar mudas que estavam entre outros arbustos e também outras coletadas de locais em que corriam riscos de ser pisoteadas pelo gado.

Na pequena plantação, as árvores apresentam-se ainda com a base do pecíolo<sup>15</sup> das antigas folhas presas ao caule, que foi substituída pela nova, nesse caso, apresentando um caule bastante espesso (APÊNDICE R).

A altura do referido palmar artificial está em média entre 4m a 6m e, a partir destas medidas o esforço humano seria maior para retirar as árvores de um local para outro. O que fica evidente é o momento em que Tiburcio transplanta a palmeira ainda no estágio de plântula<sup>16</sup> ou no máximo com dois anos de idade, nessa fase, a planta é de fácil remanejo e as palmeiras não irão apresentar estrangulamentos ou outro tipo de anomalia.

Dessa forma, não há informações semelhantes dos “*construtores*” dos currais, deixando questionamentos interessantes quanto ao período de remanejo das plantas. Assim, buscamos alcançar respostas, no sentido de saber qual foi o momento ideal para exercer o transplante das palmeiras na construção dos currais.

As palmeiras existentes nas estruturas dos currais em Santa Vitória do Palmar possuem sinais de estrangulamento a partir de certa altura, e assim delineamos um estudo comparativo entre o palmar de Tiburcio e os Currais de Palmas existentes no município de Santa Vitória do Palmar. Segundo Oliveira; Teixeira (2005) o georeferenciamento dos Currais de Palmas realizado em Santa Vitória do Palmar, possibilitou a constatação na variação da altura<sup>17</sup> em que se encontram os sinais de estrangulamento entre 1,50m e 1,80m. Desde então, é um dado importante para realizar o transplante com a árvore praticamente adulta e aproximar-se de uma idade da árvore que provavelmente estaria entre 8 a 15 anos.

Os sujeitos que exerciam a lida do campo, provavelmente, necessitavam de estruturas que solucionassem suas tarefas em curto prazo. Entendemos que à

---

<sup>15</sup> Conforme Silveira (2001) dicionário da Língua Portuguesa, pecíolo é a parte da folha que prende a extremidade ao tronco e aos ramos.

<sup>16</sup> Plântula trata-se da planta recém germinada e suas pequenas folhas atingem a altura entre 0,10cm a 30cm.

<sup>17</sup> Estas medidas não foram consideradas precisas, pois, é preciso verificar o nível do solo que está conturbado pelo pisoteio do gado e pelo plantio de lavouras.

medida da altura dos estrangulamentos encontrada nas palmeiras dos currais está na base do pecíolo de folhas novas na extremidade superior do caule. Dessa forma, é nesta altura que se inicia o processo de estreitamento do caule. Os fatores mais indicados podem ser rompimento das raízes e a falta de água nos primeiros dias em novo terreno.

As análises sobre o estreitamento do caule nas palmeiras encontradas nos currais de palmas em Santa Vitória do Palmar são realizadas a partir de dois elementos sinalizados nos caules: O estrangulamento que se estende entre 20 cm a 60cm, seria ocasionado pelo método de transplante. O estrangulamento que está não mais que 10 cm de altura e não ocasiona afinamento nem acima e nem abaixo de onde se encontra o sinal, seria causa de amarras<sup>18</sup>. Também, outra importante análise em relação às árvores que se encontram com os sinais de amarras, provavelmente, estas já estavam no local e foram aproveitadas para a construção dos currais.

As regiões das cidades de Santa Vitória do Palmar e Castilhos possuem em comum na sua geografia, as florestas de *Butia capitata* e, em contexto, as construções dos currais de palmas; seriam estas construídas pelos primeiros colonizadores portugueses e espanhóis? Ou talvez pelos indígenas? A documentação relativa a este período é escassa de informações detalhadas de muitas das atividades exercidas pelos homens que povoaram esta região. Desse modo, a investigação por parte de especialistas de várias áreas da ciência como, arqueólogos, historiadores, geógrafos, botânicos e outros contribuirão para esta construção historiográfica.

A pequena plantação de palmeiras realizada por Tiburcio despertou a atenção para tantos elementos, mas com uma peculiaridade: sua paixão pela palmeira. Desde então, há consciência de que muitas outras análises são possíveis retirar deste pequeno palmar para outras áreas de pesquisa, como exemplo: uma pesquisa da floresta enquanto transplantada; estudo sobre fungos, parasitas e doenças; dos animais e insetos que a utilizam como meio de sobrevivência dentre outras. Na verdade o “palmar de Tiburcio” pode ser considerado um laboratório vivo.

A contribuição do palmar de Tiburcio é importante as diversas pesquisas, pois as fontes são confiáveis, possui contexto e, principalmente, a data estabelecida para

---

<sup>18</sup> Provavelmente seria amarra de couro ou da casca de *Imbira*, árvore de pequeno porte característica da região.

a construção da pequena floresta artificial. A afetividade e o ato de preservação da palmeira *Butia capitata* torna Tiburcio um sujeito singular para seu tempo.

## 2.4 Os Protagonistas da História dos Campos Neutrais

### 2.4.1 O indígena

O Minuano foi uma das populações indígenas que assimilou aspectos de cultura européia, tornando-se um problema para os colonizadores. O domínio não se restringia somente ao cavalo e ao gado, mas de ser um indivíduo adaptado e conhecedor destes rincões. Segundo Hilbert (2009, p.197) “*Os charruas e minuanos não somente se destacaram como ágeis e habilidosos cavaleiros, mas também na infantaria, ao avançar contra a retaguarda, usando bolas de boleadeiras, fundas e arcos-e-flechas*”. A boleadeira é uma de suas ferramentas utilizadas para a lida campeira, ainda confeccionada pelos seus descendentes, e foi assimilada pelo colonizador. Também, outras características da cultura indígena, foram absorvidas e perduram entre a nova sociedade.

Os Currais de Palmas, na cidade de Castilhos, no Departamento de Rocha – Uruguai possui em torno de trinta unidades<sup>19</sup>. Em Castilhos, está localizado o maior viveiro do mundo de palmas *Butia capitata* e é considerado Patrimônio da Humanidade, protegido pela UNESCO. A abundância destas árvores serviu de material para a construção das encerras para manuseio dos animais. Esta região do sul do Brasil e norte do Uruguai era desprovida de outros tipos de árvores que possibilitassem tais construções.

O presente trabalho de pesquisa começou em campo, analisando os conjuntos de árvores que ainda sobrevivem ao tempo, no entanto, fornecendo alguns questionamentos quanto a sua função e seus respectivos construtores. O indígena por sua vez integrado no seu habitat obtém outro meio de sobrevivência; a caça do gado xucro. O cavalo, um dos principais elementos adotados pelo indígena, pela apreciação do sangue e da carne de potro. Segundo Becker (1982), também tornaram estes animais fundamentais para suas atividades pelo pampa. Dessa

---

<sup>19</sup> Informação oral do Periodista Néstor Rocha da cidade de Castilhos no Uruguai.

forma, ninguém melhor do que eles para interpretar este ambiente desconhecido pelo colonizador, este último, possuindo boas relações com os indígenas.

Em outubro de 1750 celebraram-se os batismos dos Índios Minuanos [...] Os batizados, entre adultos e crianças, foram pouco mais de 60. Os Índios Minuanos, com serem os mais valorosos da campanha, eram já em pequeno número, porque os Índios, chamados Tapes, e outros chamados Charruas, em muito maior número, os andavam acabando e destruindo. Eram de gênio e natureza bastante doce e amicíssimos dos Portugueses, de que é suficiente prova não haver notícia que o Minuano roubasse ou matasse português algum [...] (CESAR, 1981, p.143).

No século XVII e XVIII, novas técnicas são implantadas pelos colonizadores no território que abrange os Campos Neutrais, uma delas, é o transplante de árvores naturais e a imigração de outras. Nos rincões, margens de banhados, coxilhas e arroios, foram deixados os vestígios do modelo de exploração almejados pelas duas Coroas. Os MINUANOS e CHARRUAS tem sua importante contribuição para o processo de colonização e exploração econômica, entretanto, os benefícios que o colonizador dispõe, um deles abrevia sua extinção: o cavalo<sup>20</sup>. Para Hilbert (2009, p.196) os charruas mantêm parcialmente suas características culturais e *“A adoção do cavalo e do gado nos seus costumes fortaleceu ainda mais seu espírito individualista, tornando-os, ao contrário dos guaranis, mais independentes e retraídos”*.

Encontramos também o homem do campo, denominado como Changador, de grande virtude na lida campeira. É considerada pela historiografia a origem do gaúcho. Possui um caráter violento e solitário. Suas origens são do ventre indígena. Desse modo, vagava solitário pelos pampas acompanhados do laço, boleadeira e do cavalo.

Veio o changador dos toldos indígenas em consequência da miscigenação do índio com o espanhol e o português. Era um “tipo” solitário. Coquimbo para a tribo em cujo seio nascera, pois as suas características fisionômicas faziam-no estranho ao meio. Por outro lado, jamais se incorporara aos brancos porque aprendera, desde o ventre materno, a odiá-los, a enxergá-los como invasores e senhores de escravos. Somente com uma coisa se identificava, que lhe moldara a maneira de ser e de sentir; a maneira de agir e de viver – a TERRA (AMARAL, 1973, p. 51-52). (Sic)

---

<sup>20</sup> O indígena ao dominar o cavalo tornou-se mais “livre” ou “bandoleiro”, cometendo abigeatos o que implicou ao seu comportamento perante a “nova sociedade” que ocupava suas terras. E Hilbert (2009, p.194) expõe que os charruas vivem do comércio e do contrabando de couro, gado bovino, mulas e cavalos.

Para alguns autores, o changador é considerado abigeatário<sup>21</sup>, mercenário, para outros, como uma figura importante para o desenvolvimento do gado vacum. Sejam os diversos conceitos que empregam a este indígena “meio” branco, que como vestimenta utiliza o couro, e o garrão de potro como calçado.

Uma análise a partir do trabalho de campo e bibliográfico sugere a hipótese de que ao se estabelecer o Tratado de Santo Ildefonso, esta área não poderia ser habitada pelos portugueses, nem pelos espanhóis, no entanto, só existe um homem “livre” e natural deste pampa, que poderia “habitá-la”: o MINUANO.

Segundo Bracco (2004) a desnaturalização dos nativos na prática foi percebida pelos colonizadores como vantagens e inconvenientes. Implicava na deportação de grupos e embora não utilizassem os conceitos e terminologias atuais, procurava maximizar a perda das culturas. No entanto, o extermínio dos grupos indígenas não se passou apenas nas espadas afiadas, armas de fogo e doenças transmitidas pelo colonizador. A interação do indígena na cultura ocidental faz com que perca, lentamente, suas origens tribais caçadoras e coletoras. Porém, podemos considerar outras hipóteses sobre o desaparecimento dos indígenas além dos conflitos e doenças. Bracco (2004) salienta o interesse dos espanhóis após um ataque a uma tribo, aprisionar as mulheres e os meninos. As mulheres ainda não compuseram a mestiçagem e os meninos se interam mais facilmente à nova cultura e os demais sobreviventes, reduzidos, não possuem condições para recompor o grupo. Neste caso, observamos que o emprego das tarefas que os espanhóis e portugueses empenharam em nosso continente foi uma arma poderosíssima para desvincular grupos sociais de indígenas de seus costumes, separando-os, corrompendo-os até mesmo entre si. Os indígenas que não aceitavam acordos e buscavam sua liberdade, perambulavam formando grupos e agindo com saques às estâncias e pequenas propriedades. Sendo esse o processo de exclusão social e cultural dos primeiros habitantes da região.

Ainda analisando a obra “Charruas, Guenoas y Guaranies”, percebemos que Bracco (2004) integra-se na historiografia do século XXI. Neste período, surgem novas abordagens e conceitos que possibilitam os historiadores a escrever uma história mais abrangente, ou seja, a história dos indígenas. Dessa forma, Bracco (2004) analisa de forma crítica e de veracidade as fontes:

---

<sup>21</sup> Por abigeatário entende-se por pessoas que roubam gado

Las fuentes disponibles son muy contradictorias cuando se refieren a las sociedades indígenas y resultan especialmente escasas durante los períodos de paz. Siguiendo a la documentación, se han utilizado conceptos como nación a los que las fuentes asignaron significados muy diversos y generalmente diferentes a los actuales. Se han utilizado con mucha frecuencia palabras como “infiel”, a pesar de su carácter etnocêntrico, tanto porque fueron permanentemente usadas en las fuentes como porque definen con precisión a los indígenas en los que este estudio está centrado, ya que el término “indígena” excede a éstos y el de nómadas también es aplicable a los gaúchos. [...] Las aclaraciones previas no dispersan de una lectura crítica, ya que el lenguaje no es neutral. Corresponde al lector discernir el alcance relativo que tienen muchas expresiones como “robo”, “decadência” o “nuevo mundo”, que conllevan determinada perspectiva intelectual y / o juicios de valor (BRACCO, 2004, p. 10-11).

O indígena em momento algum poderia ser dono de uma propriedade em que pudesse explorá-la com a pecuária, isto já fazia parte do processo de colonização. O MINUANO e o CHARRUA dominam o gado e conhecem o ambiente que os possibilitam a exercer tarefas ganadeira superiores a dos colonizadores. O colonizador, neste período, é um homem desbravador, escravista e de enriquecimento, não vai de maneira alguma ceder a ocupação constituída, muito menos a sua exploração assimilada pelo nativo nos Campos Neutrais.

Em relação ao período de ocupação pelo colonizador, provavelmente os grupos indígenas que habitavam estes campos, migraram ou foram expulsos. No entanto, a ocidentalização no que diz respeito aos Campos Neutrais, no extremo Sul do Brasil, ela se concretizou, pois houve um extermínio das culturas indígenas. Entre as poucas informações documentais específicas sobre os indígenas desta região, destacamos os 60 Minuanos batizados na fortaleza de Jesus-Maria-José fundada por Silva Paes (1737) na cidade do Rio Grande. Segundo fontes, eram “amicísimos dos portugueses”, propiciando uma reflexão quanto ao destino deste grupo.

#### **2.4.2 Os Colonizadores Ibéricos**

Os vestígios deixados pelos colonizadores que habitaram a região dos Campos Neutrais, com desígnio de desenvolver a pecuária como sua base econômica, indica a ação pela conquista de um lote de terras. Os primeiros beneficiados (1739-1758) mais interessados pelas autoridades administrativas

privilegiam os militares, pois além de criadores, serviriam de guardiões da fronteira. Desse modo, a documentação existente nos mostra, claramente, conforme Amaral (1973) “as terras seriam doadas a pessoas em condições de explorar”, permanecendo oculto o indígena,

Três tipos de povoadores se apresentaram, classificados segundo o local de onde provinham. Em primeiro lugar, os foragidos da Colônia do Sacramento – militares e civis; outros procedentes do e norte – aventureiros em busca de fortuna; finalmente, muitas glebas eram entregues a militares servindo nas guardas e fortes, ficando, assim, na dupla função de soldados e criadores, o que não constituía novidade, na época (AMARAL, 1973, p.130). Sic.

O processo de ocupação dos Campos Neutrais foi disputado por ibéricos e indígenas, os quais detinham culturas próprias, sendo que as primeiras se dizem autoras dos acontecimentos. Bracco (2004) relativiza a documentação encontrada, como fonte para a construção afirmando que é escassa e deixa lacunas, um silêncio enorme entre os fatos e o mundo dos vencidos.

Através do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, a região é alcunhada como Campos Neutrais com a finalidade de fazer limites, ou seja, um espaço a ser respeitado pelas duas Coroas. O tratado procurava salvaguardar os interesses dos colonizadores portugueses, expressos na economia baseada na extração do couro e do charque, que possuía duas rotas de destino, o Porto de Montevideu e o Porto do Rio Grande. Neste contexto, o abigeato e o contrabando eram imensos, estâncias são saqueadas, onde mais tarde faz com que os governos apressem as leis para opressão ao tráfico,

Transladando-se a Montevideu, em missão do governo provisório da República, com honras de Ministro plenipotenciário, Ramiro Barcelos concertou com os uruguaios um tratado aduaneiro (1890), cuja principal finalidade era justamente cercear os malefícios do contrabando (CESAR, 1978, p. 88).

O colonizador ocupou os Campos Neutrais com objetivo de defender a fronteira, conseqüentemente, a exploração do gado, tornando-se o senhor destas terras. A Igreja fazendo parte deste processo catequizava e pregava o bem comum àqueles que se convertem ao cristianismo.

Desde antes da fundação de Colônia de Sacramento, os comerciantes de nações inimigas patrocinavam a caça ao gado xucro para exploração do couro e do sebo, interpretado por alguns autores como o início das primeiras indústrias de *courambre*. No entanto, essas atividades induziram segundo a historiografia ao contrabando devido ao alto valor comercial que possuía o couro. Assim, com relação aos figurantes destas atividades “ilícitas” encontramos:

Desde o seu assentamento na área, os lusos mantiveram relações comerciais com as povoações indígenas da região – charruas e minuanos – que, em troca de utensílios, como facas, lenços e outros artigos, ofereciam cavalos e couros. Devido a isso, durante todo o século XVIII, milhares de couros procedentes de matanças clandestinas, realizadas em grande parte por estes nativos, saíram anualmente pelos portos brasileiros com destino a Portugal (GUTFREIND; REICHEL, 1996, p. 71).

As populações indígenas, CHARRUAS, ARACHANES, YAROS e outros, principalmente o MINUANO<sup>22</sup>, foram, severamente, castigados pela colonização em seu meio natural. Desse modo, também havia pessoas “brancas”, disputando um espaço nestas terras, e algumas vezes expulsos por influentes do poder. Este personagem que tentou radicar-se nos Campos Neutrais, surge nos relatos do diário de SAINT-HILAIRE,

Logo que os portugueses se tornaram senhores absolutos da região, seu filho, José Bernardes, reclamou do Marquês do Alegrete a terra que este ocupava e que nunca tinha sido doada a ninguém: seu protesto despertou no secretário particular do Marquês a idéia de apossar-se desse terreno, e o pobre José Bernardes viu-se, em breve, obrigado a abandonar sua casa. “após o dia em que perdi minha mãe”, dizia-me ele, “não houve para mim outro mais triste que aquele em que deixei a choupana onde nasci” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 105).

As primeiras concessões de sesmarias foram doadas a chefes militares, aventureiros e pessoas que exerciam cargos administrativos, procedentes de outras regiões do Brasil e que havia interesses em trabalhar na Campanha,

Sentiram os comandantes militares da fronteira extremo-meridional do Rio Grande de São Pedro que, para manter o terreno livre do inimigo, não bastava somente a cobertura das guardas avançadas, localizadas em todo o prolongamento da região compreendida entre o mar e a lagoa Mirim. Fazia-se necessária a sua pronta povoação através de pessoas em condições de explorar os campos, de excelentes pastagem e próprios para

---

<sup>22</sup> Os MINUANO e CHARRUA são os primeiros habitantes encontrados nestas terras pelos colonizadores ibéricos.

a lavoura. Ainda mais com o fácil ingresso de gado proveniente da Banda Oriental. As terras distribuídas faziam-se por “título legal”, concedido pelo governo. (AMARAL, 1973, p. 129-130). (Sic)

### 2.4.3 O Negro

Bernd e Bakos (1991, p. 73) apontam que a vinda de africanos para serem escravos nesta região, foi no ano de 1784 e ainda destacam, que contêm o número de 707 pessoas. As presenças dos escravos nos Campos Neutrais inicia-se ao período das primeiras ocupações portuguesas, na construção dos valos, poteiros, mangueiras, moradias e etc. Outros escravos, em pequena parcela, podem ter migrado para esses campos devido a fugas durante a Revolução Farroupilha ou das Charqueadas. As fugas geralmente eram para o Sul (Uruguai), no entanto, com passagem pelos Campos Neutrais. Sobre estas fugas:

Em nosso Arquivo Histórico, temos, também, um a significativa correspondência dos delegados de polícia sobre escravos fugidos. Temos diversos levantamentos municipais (1848-1849) ordenados pelo presidente da Província que se referem, em grande parte, aos escravos escapulidos durante a Revolução Farroupilha. Efetivamente, nesse evento (1835-1845), entre “farroupilhas” e “legalistas”, os escravos parecem ter optado por suas pernas (MAESTRI, 1984, p. 120-121).

A partir dos primeiros donatários dos Campos Neutrais (1739-1758) que foram expulsos pela ocupação de Cevallos (1763) não obtemos registros do número de escravos que poderiam ter ingressado junto com os colonizadores. A segunda ocupação, através do Tratado de Badajós (1803), é um período que surgem mais documentos<sup>23</sup>, revelando a presença do trabalho escravo. Dessa forma, a ocupação dos sesmeiros em seu lote, implica em estruturar o local para sua habitação, cercamentos, estruturas para criação do gado e pequenas lavouras. A primeira destas tarefas, onde haveria maior necessidade de trabalhadores, é na construção dos valos demarcando os territórios. A segunda tarefa pode estar na construção das mangueiras (Currais de Palmas) para manuseio do gado e os poteiros através de matas construídos próximos aos arroios, banhados ou lagoas, para encerra do gado e proteção de pequenas lavouras. A terceira tarefa estaria na lida campeira, neste

---

<sup>23</sup> Os documentos são geralmente Inventários.

caso, imaginamos pouca função do negro, já que nestas paragens encontramos um “outro” bem mais adaptado às respectivas tarefas: o MINUANO.

Os escravos que estiveram nos Campos Neutrais, eram ligados ao trabalho nas estâncias, apesar de haver poucas informações sobre suas atividades. Em outras regiões, teve participação como tropeiro. Através dos vestígios das matas encontradas nos Campos Neutrais, existem em contexto, três modalidades de estruturas de povoação e exploração; os currais de palmas, as matas nativas e os valos, as análises destas construções se relacionam com o trabalho escravo.

Os valos são elevações escavadas no solo de 2 a 3 metros de largura por 1 a 1,5 metros de altura, em sua superfície plantavam árvores com a finalidade para divisas ou trincheiras. As narrativas de tradição oral, nesta região, atribuem à construção dos valos ao negro, pois se tratava de uma construção de grandes extensões e exigia muita resistência física. Os currais de palmas indicam como uma das primeiras construções relacionadas à lida campeira. Desse modo, imaginar que a falta de outro tipo de árvore que fosse adequada à construção de um curral, levou estes homens a transplantar a palmeira *Butia capitata*, esta construção de curral estaria diretamente articulada ao indígena. Os poteiros construídos com árvores e os valos seriam mais recentes, neste caso, implica numa área fixa de manuseio com o gado, partindo também do período relativa à exploração das charqueadas.

A historiografia tradicional em relação aos primeiros escravos negros no Rio Grande do Sul nos mostra uma ausência do negro nas tropeadas e no ciclo do gado, denominado por alguns de “courama”, estas tarefas estariam ligadas ao homem livre.

Nos primeiros planos da ocupação do Sul, o soldado, o comerciante, o “gaudério” e, mais tarde, o açorita. Sobre estes voltam-se todas as luzes de nossa historiografia; porém, se os desfocalizarmos, suas imagens se embaralham e, por de trás de seus nomes ilustres, vislumbraremos o trabalhador de pele negra, carregando fardos, preparando alimentos, construindo as primeiras igrejas, habitações, tornando, enfim, vivível a vida do senhor.[...]Quem se volta para os documentos, encontra o traço do “negro” já nos primeiros anos; quem se detém nos quartéis, na atividade econômica específica, nas “vacarias”, encontra o homem, livre, seja o lusitano, o mestiço ou o indígena aculturado (MAESTRI, 1984, p. 34-35).

A ocupação dos Campos Neutrais, realmente, está balizada nos interesses imperiais lusitanos de expansão territorial e ao mesmo tempo, em recompensar os “bravos” militares que defenderam o território rio-grandense. Seus nomes estão em

cartas e documentos, enfocando suas conquistas, como grandes estancieiros, donos de gado e de escravos. Quem são estes homens africanos que viveram na América? O negro quando liberto, que oportunidades tiveram, ou seja, será que realmente alcançaram a liberdade? Segundo Sônego (2007), em Alegrete, não aconteceu isso. Dessa forma, o negro não se dedica somente às atividades campeiras, ficando atrelado à área urbana das cidades e no trabalho doméstico das estâncias.

Os vestígios nos Campos Neutrais apresentam três fases da colonização: o momento da exploração somente de couro (“vacarias”), a instalação dos primeiros donatários de terras e posteriormente, uma exploração intensiva do gado (extração do couro, cabelo, sebo e o charque). Nesta última atividade percebemos a necessidade de um contingente maior de mão-de-obra, enquadrando-se o escravo. Desse modo, a contribuição do escravo africano foi fundamental para o desenvolvimento econômico nos Campos Neutrais e para a ambição e o enriquecimento dos senhores “donos desta terra”.

Entretanto, os protagonistas da história dos Campos Neutrais representados pelas sociedades indígenas, o colonizador ibérico e o negro africano são os sujeitos que a partir de ações “participativas”, representam o processo de colonização da região. Para isso, foi necessário transformar a paisagem para o seu benefício, deixando vestígios e criando espaços para suas atividades de sobrevivência e exploração econômica. Os escassos vestígios encontrados na paisagem ainda resistem às atuais técnicas de mecanização para a agricultura e são suficientes para registrar este evento da colonização dos Campos Neutrais.

## **2.5 Vestígios Materiais: Uso e Construção**

### **2.5.1 As Matas Formando Potreiros**

Inicialmente, desempenhamos um levantamento bibliográfico sobre os currais de matas e percebemos que são escassos para esta região dos Campos Neutrais. Encontramos algumas obras que tratam sobre as encerras e atividades realizadas pelos tropeiros, e o gado em outras regiões e adjacências, contribuindo para esta pesquisa.

Realizamos uma vistoria nas localidades, onde possuíam matas formando conjuntos de enormes potreiros (APÊNDICE S). Em alguns destes conjuntos de

matas é possível identificar as entradas e saídas para trabalhar o gado, mas é preciso muita cautela ao fazer conclusões, pois estas áreas de matas estão conturbadas pela presença da agricultura e do desmatamento. A atividade principal das matas formando poteiros, seria a pecuária ou talvez de agricultura. Pois, em se tratando de agricultura, o viajante francês do século XIX, registrava

Devido ao gado que se deixa errar livremente nos campos, há necessidade de cercar todas as culturas. Cava-se em redor um fosso profundo; do lado das plantações, moitas de verdura, à semelhança de pequenos muros que, de ambos os lados, descem em talude, feitas com grande cuidado; entre essas moitas plantam-se cactáceas e bromeliáceas de enormes folhas espinhosas, que se mostram em largas rosetas; e, ainda que esses vegetais cresçam pouco formam espécies de sebes muito difíceis de transpor (SAINT HILAIRE, 1987, p. 99).

Ainda destacamos a possibilidade de localizar alguns vestígios de moradias soterradas próximo às matas e, em determinados locais, são encontrados sinais no terreno de atividades agrícolas, como pequenas hortas ou chácaras.

Os primeiros cercados de terra nas chácaras de Montevideu possuem as mesmas características, pois servem de proteção aos animais que podiam invadir e causar a destruição da plantação. Foram utilizadas para estes cercados várias técnicas (como as anteriormente citadas), e também a plantação de árvores frutíferas, porém enfrentaram danos naturais como: pragas e insetos. Segundo José Manuel Pérez Castellano:

En outro tiempo se cercaban las chácaras, en la parte que se sembraban granos o se ponían arboledas frutales, com membrillos que arraigaban bien y se entretejían sus ramas, de modo que era muy difícil a los brutos, y aún a los hombres, penetrar un vallado bien tupido de membrillos...estos cercados sobre dar seguridad a las chácaras, daban también leña buena y mucha fruta. A fines del siglo XVIII ya no levantaban dichos cercos, debido a que eran perseguidos "por la carcoma o gusano roedor" (PÉREZ CASTELLANO, [s.d.] apud BARRIOS PINTOS, 1967, p. 240-241).

A origem da técnica de realizar cercas vivas para limitar, fechar uma determinada área para plantio ou encerrar animais, procede do velho mundo. As cercas, denominadas de "setos", são muito discutidas pelos historiadores, na França, quanto à idade e ao povo que aplicou este método. O campo de relevo ondulado de Châteauroux ou de Issoudun na França tem muitas semelhanças com os cercados dos Campos Neutrais e adjacências. Sendo assim,

[...] mosaico, no obstante, muy irregular, de parcelas cuadradas, vê perfilarse en el horizonte y luego acercarse progressivamente, para ceñirlo cada vez más entre sus muros de verde, los múltiples setos vivos del Bois-Chaud? [...] A la espera de los resultados de investigaciones más profundas, que no pueden ser obra más que equipos de trabajo, podrán hacerles a los investigadores, a falta de otros servicios, el de ponerles en guardiã contra los peligros con que, si la imaginación no fuera cuidadosamente contenida, la obsesión de la historia o del factor étnico correría el riesgo de amenazar a nuestros estúdios. Neolíticos o celtas, nuestros setos? Experimentándolo, ni siquiera es seguro que resulten ser medievales (MARC BLOCH, 1978, p. 198-199).

O Palmar (*Butia capitata*) em maior concentração se apresenta perpendicular à Lagoa Mirim. Um pouco mais ralo, ao norte, próximo a Estância dos Dragões e na localidade de Curral Alto existe uma pequena área, contendo palmas associada às matas na borda da Lagoa Mangueira. Ainda em relação às palmeiras localizamos no ano de 2002, na região do Albardão, diversas raízes desta árvore, que se encontravam sob as dunas (APÊNDICE T). Esse importante registro ainda é monitorado, pois as dunas constantemente cobrem as raízes, e nos levam a hipótese de que a floresta pendia para a plataforma marinha. Porém, devemos considerar que a passagem das vacarias do mar ocorria pelo litoral, e as palmeiras existentes no Albardão podem ter sido trazidas pelos tropeiros. Nessa região, também há grande ocorrência de sítios arqueológicos pré-coloniais, que nos levam a avaliar a possibilidade das palmeiras, serem transportadas pelas sociedades indígenas.

Sobre as plantas silvícolas aborígenes predominantes nos campos de Santa Vitória do Palmar não podemos deixar de ressaltar os processos destrutivos naturais e antrópicos de longa data. Em 1936, Salvini (1936) já alertava sobre a preocupação quanto ao futuro das matas nativas existentes na região,

Não obstante, porém, toda esta deficiência, não poderíamos deixar passar despercebida a flóra aborígena e espontânea, que naturalmente procria e prospéra em diversas partes do Município, a despeito do impiedoso extermínio a que entregamos, ha annos, as nossas vegetações silvestres. Nenhuma lei, ordem, disciplina Municipal ou Governamental se interessou pelo uso e abuso praticado nas nossas pseudo matas, bosques, deixando aos proprietarios e aos intrusos o aproveitamento irracional de taes plantas, sem se preocuparem com o dia de amanhã, que indubitavelmente é incerto e talvez irreparável (SALVINI, 1936, p. 38). Sic

Entretanto, as matas (sejam naturais ou artificiais) presentes na paisagem dos Campos Neutrais, entendemos que não existia outra espécie de árvore adequada como matéria prima para a construção de estruturas (currais e cercas). A solução

que o colonizador encontrava para tais construções e edificação no espaço selecionado foi o aproveitamento das árvores existentes ou realizando a técnica do transplante. Esses vestígios nos Campos Neutrais foi possível identificar a partir de documentos de sesmarias, que possuem como referencial de localização, elementos naturais como, arroios, banhados, lagoas, dentre outros.

### 2.5.2 A Primeira Concessão

Para identificação das primeiras concessões de terras realizadas nos Campos Neutrais elaboramos uma tabela com as informações retiradas a partir da obra de Anselmo Francisco Amaral.

**Tabela 2 - Donatários da primeira divisão de terras nos Campos Neutrais (1738 a 1758)**

Nome	Localidade	Ano
João Pereira de Andrada	Mangueira	09/07/1739
Tenente Antônio Gonçalves Chaves	Mirim e Mangueira	25/03/1738
Sargento Francisco de Souza Faria	Mangueira	1738
Cabo João Gomes de Melo	Curral Alto	19/09/1739
Cabo João Gomes de Melo	Rincão do Pontal	1749
Alferes Antonio Rodrigues Sardinha	Curral Alto	1743
Soldado Estevão da Silva	Saquarembu	1748
Domingos Rebelo	Borda da Mirim	1739
Fernando Ribas	Mangueira	1739
Pedro Teixeira Cardoso	Arroio das Corticeiras	1748
José Soares	Lago do Chuí	1755
Álvaro Passo de Carvalho	Sul do Albardão do Chuí a Mirim	1752
Manoel Alves de Carvalho	Arroio d'el Rei	1758

Fonte: Amaral, F. A. (1973).

Amaral (1973) salienta em sua obra que podem existir possibilidades de haver a falta de alguns nomes, também, sendo estas as primeiras sesmarias<sup>24</sup> concedidas por André Ribeiro Coutinho, Diogo Osório Cardoso e posteriormente Gomes Freire de Andrade.

<sup>24</sup> Uma sesmaria com 1 légua de frente por 3 léguas de fundo é o equivalente a 13.000 hectares.

Em 1763, a invasão espanhola liderada por Pedro Cevallos determina a expulsão dos povoadores portugueses dos Campos Neutrais, tornando a região novamente deserta do Taim ao Chuí. Em 1803, em decorrência do tratado de Badajós que se faz acordo de paz entre as duas coroas e somente, em 1814 se inicia novamente o processo de divisão dos Campos Neutrais.

Normalizada a situação na fronteira extremo-meridional do Brasil, as sesmarias voltaram a ser distribuídas e os campos repovoaram-se. Aparecem como concedentes de sesmarias: D. Diogo de Souza, 1º Capitão-General da Capitania Geral do Rio Grande do Sul, criada em 19 de setembro de 1807, cargo que ocupou até 13 de novembro de 1814, e seu substituto, 2º Capitão-General, D. Luiz Teles da Silva, Marquês do Alegrete. (AMARAL, 1973, p. 132)

A segunda divisão das sesmarias apresenta mais concessões do que a primeira. Conforme Corrêa (1996) isto desencadeou o processo de ocupação das terras caracterizadas por grandes latifúndios destinados, principalmente, à pecuária extensiva.

### 2.5.3 A Segunda Concessão

A segunda divisão das sesmarias apresenta mais concessões do que a primeira divisão. Da mesma forma organiza-se uma tabela com os novos ocupantes:

**Tabela 3 – Donatários da segunda divisão de terras nos Campos Neutrais (1814 a 1818). Os números na última coluna identificam a localização no mapa (APÊNDICE U).**

Nome	Localidade	Ano	Cód
Sebastião Xavier de Carvalho e Sousa	Provedores	1814	01
Faustino Corrêa	Curral Alto	1814	02
Andreza Faustina Corrêa	Arroio dos Afogados	1814	03
Antonio Batista Carvalho	Pedro Teixeira	1814	04
José Antunes da Porciúncula	Santiago	1814	05
Vicente Faustino Corrêa	Cordão	1814	06
Serafim dos Anjos França	Rincão do Santiago	1814	07
João Faustino Corrêa	Curral Alto	1814	08
Antonio Joaquim da Silva Porto	Chuí	1814	09

José Bartholomeu Sandim	Chuí	1814	10
Francisco Pereira Duarte	Boa Vista	1814	11
Fernando José da Rocha	?	1815	12
José Inácio de Lemos	Curral de Arroios	1815	13
Bonifácio Dias de Oliveira	Curral Alto	1816	14
Boaventura D'Elfim	Curral Alto	1816	15
Bernardo Rodrigues da Costa	Curral Alto	1816	16
Santos José Pereira	Curral Grande	1816	17
Des. Manoel Moreira de Figueira	Curral Alto	1816	18
José Faustino Corrêa	Pastoreio	1817	19
Antonio de Siqueira	Costa do Palmar de Lemos	1817	20
Gaspar da Costa Pinto Bandeira	Entre os arroios Chuí e São Miguel	1817	21
José Narciso Pacheco	Costa do Chuí	1818	22

Fonte: Amaral, F. A. (1973).

#### 2.5.4 As Guardas do Chuí e Taim

Ao sul do município de Rio Grande, nas mediações da Reserva do Taim, onde inicia em direção ao Sul os limites dos Campos Neutrais<sup>25</sup> estabelecidos por portugueses e espanhóis, apresenta uma geomorfologia propícia para estabelecer um posto de fiscalização e de paradas para descanso das tropas.

A localidade da Capilha, (Taim) no Município de Rio Grande, é a Guarda que o Brigadeiro Silva Paes fez questão de fazer ou transformar em um posto avançado de controle ao contrabando mais provável da passagem das vacarias. As matas estão ao longo de encostas e muito próximas às áreas alagadiças e de banhados que compõem o grande complexo da reserva do Taim (APÊNDICE V).

A localidade do Taim poderia ser um local adequado a um posto de pedágio, mas não encontramos documentos que condizem com estas atribuições. O local indica como paragens para descanso das tropas devido à quantidade de currais formados pelas matas. Para esta análise partimos, primeiramente, pela área geográfica, pois a hidrografia do banhado do Taim, sendo mais elevada justamente

<sup>25</sup> Nesse local ainda possui um marco de pedra de granito demarcando os limites dos Campos Neutrais.

à borda da lagoa Mirim. O estreito corredor serve como um único lugar de passagem ideal para se realizar uma fiscalização ao combate do contrabando. Desse modo, a região do Taim sendo um local de estreita passagem na localidade da Capilha foi de extrema importância para Silva Paes controlar a passagem do gado. Pois,

Devido à quantidade de gado bovino e eqüino que os portugueses faziam passar para a margem N. do Canal (Banda do norte), dando início à Estância real de Bojuru, tratou Silva Paes da criação de duas guardas avançadas na distância de 15 léguas, no arroio do Taim (Tay) em Albardão entre a lagoa Mangueira e o Oceano Atlântico. Essas guardas além de possibilitar a passagem do gado, eram pontos estratégicos para a política lusa em relação aos castelhanos (BRAZ MIRCO, 1987, p. 57).

No Extremo Sul no município do Chuí, encontraremos as matas formando currais junto ao arroio Chuí (APÊNDICE X) que faz fronteira com o Uruguai nos campos do Sr. Rômulo Flório e a Estância Charrua do Sr. Ubirajara Anselmi<sup>26</sup>. A documentação, geralmente, identifica esta área como a “guarda do Chuí”, termo utilizado quando se trata de limites territoriais e políticos, não há informações suficientes se a mata de currais serviria de paragem de tropeiros ou que possa ter relações diretas com a guarda do Chuí.

Esta área de fronteira e de passagem terrestre localizada no município do Chuí e Santa Vitória do Palmar é muito pequena em relação ao resto do Brasil. No entanto, o trecho de aproximadamente 20 km entre o Oceano e a Serra de São Miguel deve provavelmente ocultar muitos vestígios das ocupações referentes ao processo da colonização.

Pode-se considerar que a implantação das matas como função de encerrar o gado, surgiu logo em seguida a estas determinações de Silva Paes. Ainda não foi possível obter um trabalho específico com Biólogos e Botânicos, sobre as plantas silvícolas que compõem as variadas espécies nativas, ou seja, interpretações relativas à durabilidade e migrações.

---

<sup>26</sup> Nestas propriedades que margeiam o arroio Chuí na divisa com o Uruguai, também se encontram marcos de pedra sinalizando o outro extremo dos limites dos Campos Neutrais.

## CONCLUSÃO

Para realizarmos as conclusões, retomamos alguns pontos para finalizar a presente dissertação.

A importância desses vestígios materiais agropastoris reside no fato de que os mesmos estão relacionados com o processo da colonização do extremo Sul do Brasil. As proeminências apontam para múltiplos aspectos: culturais, políticos e sócioeconômicos. Assim, as pesquisas desenvolvidas são imprescindíveis para a compreensão dos sujeitos que alicerçaram a atual sociedade.

Além disso, os currais de palmas garantiram subsídios para interpretações de diferentes estruturas (valos, poteiros, estâncias) que serviram para o manuseio do gado na área de estudo proposta pela pesquisa. Ao localizar e analisar os 17 currais de palmas, podemos observar que alguns estão anexados a poteiros constituídos por diversas árvores nativas.

Através da análise podemos constatar evidências que corroboram com a hipótese de que os currais de palmas formam um espaço construído na paisagem. Essas evidências são representadas pelos estrangulamentos, ou seja, estrangulamento com altura entre 1,50m e 2,00m, é resultado do transplante da palmeira de um lugar para outro; e o estrangulamento menos prolongado decorrente de amarras de couros. Também destacamos os orifícios, registrando a presença de que algum “objeto” estava sendo fixado nos caules das árvores. Entretanto, os sujeitos que construíram as estruturas, utilizaram importantes técnicas no intuito de aprimorar a lida do gado numa paisagem ausente de recursos materiais.

Além disso, observamos que alguns currais encontram-se abandonados e ignorados ao devido valor cultural, que representam para a história. Os vestígios registrados na maioria das vezes são naturalizados na paisagem pelas pessoas que vivem ao seu entorno.

Ao interpretar os *“Protagonistas da História dos Campos Neutrais”* (capítulo 3) destacamos que certos personagens, como o negro, estão atrelados a elementos poucos estudados na região: os valos, os engenhos de trigo, as lidas campeiras, charqueadas, dentre outros.

Os dados que embasam este estudo são oriundos dos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, no entanto, não podemos descartar a possibilidade de dar continuidade a esta pesquisa. Os vestígios encontrados na cidade de Castilhos, no Uruguai, são semelhantes, em alguns casos é utilizada a pedra na construção das estruturas entre as palmeiras, recurso mineral ausente nos Campos Neutrais. A paisagem uruguaia se distingue por extensas áreas planas entre planaltos e uma exuberante floresta de *Butia capitata*.

Contudo, ao estender a área de estudo, podemos agregar a este contexto as fortificações de Santa Tereza e a de São Miguel, que certamente, se abasteciam dos criadores de gado da região. Tratando-se de fortificações, havia necessidade de haver uma quantidade suficiente de cavalos para manter a cavalaria em suas missões. As análises constituídas pela pesquisa apontam que as construções dos Currais de Palmas foram realizadas no período em que os portugueses dominavam o território uruguaio até a Colônia de Sacramento. Assim sendo, acrescentando novas interpretações socioeconômicas e definindo os movimentos de fronteiras, nesta região.

Não podemos deixar de salientar um fato importante que está registrado na historiografia desta região, é a passagem das tropas vindas do interior do Uruguai em direção ao norte do Brasil. Os vestígios agropastoris pesquisados estão ao longo desse caminho, no entanto, se propormos a construção de um mapa georreferenciado sem fronteiras, certamente, evidenciaremos novos fatos históricos.

Lamentavelmente, a maioria desses vestígios (Currais, Potreiros, Valos, Estâncias) encontra-se em processo de degradação, em alguns casos, muito escassos, porém não impedem de dar continuidade aos estudos. Diante do crescimento econômico e urbano na área de estudo, compreendemos a necessidade de agir com tempo ou somente restarão as imagens em publicações e a coordenada geográfica no mapa georreferenciado. Ainda, é possível identificar diversas estruturas e a partir delas, extrair com mais detalhes a técnica desenvolvida pelos colonizadores desde o período da caça ao gado xucro. A soma desses dados contribuirá, principalmente, para interpretações dos limites políticos e geográficos do Brasil e do Uruguai, e ainda, suscitar elementos culturais e étnicos, os quais deram origem ao povoamento da região.

A intervenção dos órgãos fiscalizadores existentes, seja para o Patrimônio Cultural (IPHAN) ou para o Meio Ambiente (IBAMA, FEPAM) ainda não são

eficientes pela falta de recursos e contingente de pessoas para abranger todo o extremo Sul do Brasil. Sítios de potenciais históricos e ambientais estão distribuídos pelo interior dos municípios, são de difícil acesso, e impede uma ação imediata de intervenção.

A efetivação de um monitoramento eficaz irá depender, principalmente, da conscientização da sociedade e dos governos. A presença dos pesquisadores na região muitas vezes é percebida com desconfiança e devemos ressaltar que as propriedades são constituídas de empresas e particulares de grande e pequeno porte. Entendemos que a maioria dos projetos provém dos pesquisadores (acadêmicos) e são importantes “ferramentas” para os órgãos fiscalizadores. Enquanto permanecem em suas bases com veículos e helicópteros (ou estão vistoriando outras regiões) o pesquisador está em campo e geralmente com muitas dificuldades. O desenvolvimento desta pesquisa nunca contou com apoio e nem houve interesse por parte dos órgãos municipais da região e somente alcançou seus objetivos através de recursos próprios e de uma bolsa de iniciação de pesquisa do CNPq conquistada durante o curso de graduação.

Sendo assim, podemos verificar que os vestígios materiais agropastoris registrados nos Campos Neutrais, foram construções que os colonizadores cumpriram com sucesso para o empreendimento da criação do gado nestes campos. Sabemos que a chegada do arame de metal é recente e os cercamentos através deste material, ocasionou impacto para muitos sujeitos que aqui viviam, livremente, montados em seus cavalos. Fatos que nos remetem ao passado e não podemos somente nos basear em fonte documentada, esta pesquisa conta com uma abordagem interdisciplinar e utiliza-se da metodologia oriunda da arqueologia. De tal modo, o trabalho de campo é importante e exige esforço, monitoramento, promove escavações, suscita análises; e de recursos financeiros para obter informações ainda desconhecidas pelos historiadores.

Pelo exposto, consideramos que as pesquisas devem prosseguir, principalmente as de campo, o estudo deve alcançar outra dimensão, sem deixar de atribuir os significados de paisagem, espaço e os sujeitos em contexto. Dessa forma, ao concluir essa dissertação, almejamos contribuir para a construção da história ibero-americana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMARAL, A. F. **Os Campos Neutrais**. Porto Alegre: GRAFISILK, 1973.
- AMARAL, A. F. **Santa Vitória do Palmar – 150 Anos**. Santa Vitória do Palmar: Liberal, 2006.
- BARRIOS PINTOS, A. **De Las Vaquerias al Alambrado** – Contribución a la Historia Rural Uruguay. Montevideo: Nuevo Mundo, 1967.
- BARROSO, V. L. M. **O Tropeirismo na Formação do Sul**. In: BOEIRA, N. e GOLIN, T. (Orgs.) *História do Rio Grande do Sul – Colônia I*. Passo Fundo: Méritos, 2006. P.171-190.
- BASTOS, R. L.; BRUHNS, K. **As Várias Faces do Patrimônio Arqueológico**. In: MILDNER, S. E. S.; (Org.). *As Várias Faces do Patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 77-140.
- BASILE BECKER, Í. I. B. **El Índio y la Colonización: Charrúas y Minuanos**. Pesquisas. Antropologia 37. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1982.
1991. BERND, Z. & BAKOS, M. M. **O Negro: Consciência e Trabalho**. Porto Alegre: UFRGS,
- BLOCH, M. **La Historia Rural Francesa: Caracteres Originales**. Salva, Barcelona: Salva, 1978
- BRACCO, D. **Charruas, Guenoas y Guaraníes. Interacción y Destrucción: indígenas en el Rio de la Plata**. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.
- BRAZ MIRCO, C. H. **Textos para o Estudo da História para o Município do Rio Grande XVI – XVIII**. Edição Comemorativa aos 250 anos do Município de Rio Grande. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.
- CESAR, G. **O Contrabando no Sul do Brasil**. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- CESAR, G. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul: Estudo de Fontes Primárias da História Rio-Grandense Acompanhado de Vários Textos**. 2ª ed. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

- CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Lei Nº 11.520, de 03 de Agosto de 2000.** <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/lcodma.htm> (acessado em 28/03/2006).
- CORRÊA, F. C. **Caracterização Ambiental do Município de Santa Vitória do Palmar Planície Costeira do Rio Grande do Sul.** 1996. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Oceanologia). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 1996.
- CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda.** Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 09-18.
- CUNHA, F. L. S. **Mamíferos Fósseis do Pleistoceno do Rio Grande do Sul. I- Ungulados.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.
- DORNELLES, S. **Gumersindo Saraiva: O Guerrilheiro Pampeano.** Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GUTFREIND, I.; REICHEL, H. J.,. **Subsídios Históricos para a Formação da Região Platina.** As Raízes Históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial\_ São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. p. 62-74 e 78 a 80.
- HAIGERT, G. H. **Patrimônio Cultural. Interagindo com a Comunidade.** In: MILDNER, S. E. S. (Org.). As várias faces do patrimônio. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 141-168.
- HILBERT, K. **Charruas e Minuanos: Entre Ruptura e Continuidade.** In: GOLIN, T. (Org.). Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009.
- JACOBUS, A. L. **Prospecção Arqueológica Intensiva na área do Complexo Automotivo de Gravataí (RS),** 1997. 22p.
- JACOBUS, A. L. **A Utilização de Animais e Vegetais na Pré-História do RS.** In: KERN, A. A. (Org.). Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 63-166.
- JULIANI, Lúcia de Jesus C. O. – **Gestão Arqueológica em Metrôpoles: uma proposta para São Paulo.** São Paulo, USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- KERN, A. A. **Paleopaisagens e Povoamento Pré-Histórico do Rio Grande do Sul.** In: Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 13-61.

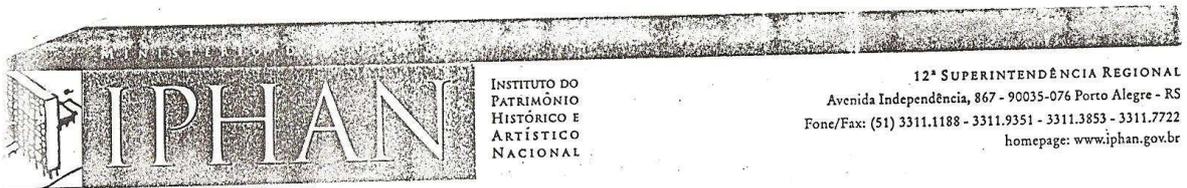
- KERN, A. A. **Pré-História e Ocupação Humana**. In: GOLIN, T. (Org.). Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009.
- MAESTRI FILHO, M. M. **O Escravo no Rio Grande do Sul: A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho**. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- MAYO, C. A. **Estancia y Sociedad em La Pampa: 1740-1820**. Buenos Aires: Biblos, 1995.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. **Os mais antigos caçadores-coletores do Sul do Brasil**. In: Pré-História da Terra Brasilis (org.) Maria Cristina Tenório, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. **Arqueologia na Cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.
- MONTICELLI, G. & DOMIKS, J. **Vistoria Arqueológica Prévia no lote 2 da Duplicação da Rodovia BR 101 (km 25 a km 52: trecho entre o município de Três Cachoeiras até o rio Sanga Funda, município Terra de Areia, RS)**. Porto Alegre, julho de 1998.
- NETO, O. C. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação**. In: SOUZA, M. C. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994. p.51-66.
- NEVES, Valter – A Evolução do Levantamento Arqueológico na Bacia do Alto Guaeté, SP. **Revista de Pré História**. São Paulo, USP, 1984.(6): 225-34.
- OLIVEIRA, O. A. **O Palmar de Tiburcio e os Currais de Palmas**. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. – Vol. 23 (1) - Rio Grande: Ed. da FURG, 2008. p. 101-112.
- OLIVEIRA, O. A. **O Inventário do Comendador José Brum da Silveira**. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. – Vol. 22 (1) - Rio Grande: Ed. da FURG, 2008. p. 131-14.
- OLIVEIRA, O. A.; TAGLIANI, C. R. A. **O Patrimônio Arqueológico no Extremo Sul do Brasil: Importância, Impacto e Alternativas para Preservação**. In: XII Encuentro de Geografos de America Latina, 2009, Montevideo. Anais...Montevideo:Encuentro de Geografos de America Latina, 2009. p. 1-9
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. **Os Currais de Palmas em Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil**. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. – Vol. 19 - Rio Grande: Ed. da FURG, 2006. p. 61-73.

- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. **Curral de Palmas nos Campos Neutrais**. In: Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Campo Grande, MS: ed. Oeste, 2005.
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. **Sítios Arqueológicos no Município do Chuí, RS, Brasil**. In: Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Campo Grande, MS: ed. Oeste, 2005.
- OLIVEIRA, O. A.; TEIXEIRA, C. A. R. **Levantamentos Arqueológicos no Município de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil**. Resumo. In: XI Congresso Nacional de Arqueologia. Salto, Ur. 2005.
- OLIVEIRA, O. A. et al. **Descrição do Material Arqueológico Pré-Colonial da Coleção Silvio Marchiori**. Revista do CEPAC. Santa Cruz: UNISC, 2009. (no prelo).
- POHL, A. I. **Patrimônio Cultural e Representações**. In: MILDNER, S.E.S.; (Org.). Educação Patrimonial: Perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2005. p. 63-84.
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.
- SAINT-HILAIRE, A. de,. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.
- SALVINI, R. O. **Pindurama Sulina**. Rio Grande: Escola Prof. Lyceu Salesiano Leão XIII, 1936.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SCHMITZ, P. I. **Caçadores e Coletores da Pré-História do Brasil**. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: UNISINOS, 1984.
- SCHMITZ, P. I.; BAEZA, Jorge. **Santa Vitória do Palmar: Una Tentativa de Evolución del Ambiente en el A° Chuy y su Vinculaci ón al Problema de los Cerritos**. VII Congresso Nacional de Arqueologia. Colonia de Sacramento, 1982. P. 112-127.
- SCHMITZ, P. I. et al.; Os Aterros nos Campos do Sul: A Tradição Vieira. In: KERN, A. A. (Org.). Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p. 221-250.
- SCHMITZ, P. I.; GIRELLI, M.; ROSA, A. O. **Pesquisas Arqueológicas em Santa Vitória do Palmar, Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. Documento 07. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1997.
- SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMA- DRH). **Relatório Anual de Recursos Hídricos no RS** Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte GERCO – FEPAM, [s.d.].

- SILVA, A. F. da. **Estratégias Materiais e Espacialidade: Uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS**. 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2006.
- SOARES, A. L. R. (Org.). **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.
- SÔNEGO, M. J. F. Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1847). BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. – Vol. 22 (1) - Rio Grande: Ed. da FURG, 2008. p. 143-154.
- TEIXEIRA, C. A. R. **A Educação Patrimonial no Ensino de História**. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. – Vol. 22 (1) - Rio Grande: Ed. da FURG, 2008. P.199-211.
- TAGLIANI, P. R. A. **Estratégia de Planificação Ambiental para o Sistema Ecológico da Restinga da Lagoa dos Patos-Planície Costeira do Rio Grande do Sul**. 1995. 335f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1995.
- VIDART, D. **El Mundo de los Charruas**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1996.

## ANEXOS

## ANEXO A – Autorização do IPHAN



Ofício nº452/04-12ªSR

Porto Alegre, 18 de outubro de 2004.

Prezada Arqueóloga,

No momento em que cumprimentamos V.S<sup>a</sup>, vimos informar sobre o recebimento da portaria número 241 de 28/09/04 que dispõe sobre a Autorização para realizar o projeto "Cultura Material Histórica e Pré-Histórica no litoral Centro e Sul do RS: Pesquisa de valorização do Patrimônio Histórico", válida pelo prazo de 12 meses.

Desejando sucesso na conclusão de seu trabalho, despedimo-nos.

Atenciosamente,



Ana Lúcia Goelzer Meira  
 Superintendente Regional  
 12.ª - SR/IPHAN

À Sra.  
 Beatriz Valladão Thiesen  
 Rua Rio de Janeiro, 283 – Balneário Cassino  
 Rio Grande/RS  
 906205-230

## ANEXO B – Publicação no Diário Oficial da União

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO NACIONAL  
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E  
FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E  
NATURAL

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 188, quarta-feira, 29 de setembro de 2004

PORTARIA Nº 241, DE 28 DE SETEMBRO DE 2004

Dispõe sobre a autorização para a pesquisa arqueológica da cultura material, histórica e pré-histórica no litoral centro e sul do Rio Grande do Sul.

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN nº 207, de 13.09.04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15.09.04 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 5.040, de 07.04.04, na Lei nº 3.924, de 26.07.61, na Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88, e ainda do que consta do processo administrativo nº 01512.000269/2004-11 resolve:

I - Expedir a presente AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, à Universidade Federal do Rio Grande, por intermédio do Laboratório de Arqueologia do Departamento de Biblioteconomia e História, para realizar as atividades de pesquisa da cultura material, histórica e pré-histórica do litoral centro e sul do Rio Grande do Sul.

II - Reconhecer como coordenador dos trabalhos de que trata o item anterior, a arqueóloga Beatriz Valladao Thiessen, cujo projeto se intitula "Cultura Material Histórica e Pré-Histórica no Litoral Centro e Sul do Rio Grande do Sul: Pesquisa e Valorização do Patrimônio Arqueológico".

III - Reconhecer a arqueóloga designada coordenadora dos trabalhos como fiel depositária, durante a realização, das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhe tenha sido confiado.

IV - Determinar à 12ª Superintendência Regional do IPHAN, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V - Condicionar a eficácia da presente autorização, à apresentação, por parte do arqueólogo coordenador, de relatório semestral e final ao término do prazo fixado nesta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988.

VI - Fixar o prazo de validade da presente autorização em 12 (doze) meses, observada a disposição do item anterior.

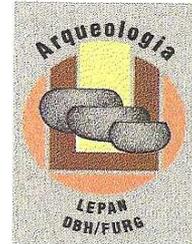
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

## ANEXO C – Apresentação dos Pesquisadores pelo LEPAN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
 DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E HISTÓRIA  
 LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA  
 - LEPAN -



Rio Grande 16 de dezembro de 2004.

Exm<sup>a</sup> Sra.  
 Promotora  
 Valdirene Sanches Medeiros Jacobs

Senhora Promotora:

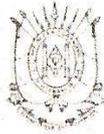
Sirvo-me do presente para apresentar os acadêmicos do curso de História da Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Osvaldo André Oliveira e Claudia Adriana Rocha Teixeira, que estão desenvolvendo o projeto "*Levantamentos Arqueológicos no município de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil*", coordenado pelo primeiro e orientado por mim, e que está integrado ao projeto "*Cultura Material Histórica e Pré-Histórica no litoral Centro e Sul do RS: Pesquisa de valorização do Patrimônio Arqueológico*" sob minha coordenação. Desta forma, venho solicitar uma carta de apresentação, a fim de facilitar o ingresso dos pesquisadores nas propriedades do interior do município.

Sem mais, antecipo agradecimentos

Atenciosamente

  
 Beatriz Valladão Thiesen  
 Arqueóloga coordenadora do LEPAN

## ANEXO D – Apresentação dos Pesquisadores pelo Ministério Público



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR**

Rua Marechal Deodoro, n.º 1544 – Santa Vitória do Palmar, RS – CEP 96230-000

Fone/Fax: (053) 263-1942

---

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Atendendo solicitação da Sra. Beatriz Valladão Thiesen, arqueóloga coordenadora do Laboratório de Arqueologia do Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, e de acordo com autorização do IPHAN, veiculada pela Portaria n.º 241 de 28 de setembro de 2004, sirvo-me da presente para **APRESENTAR** a Vossa Senhoria, proprietário ou arrendatário de terras, os acadêmicos **Oswaldo André Oliveira** e **Cláudia Adriana Rocha Teixeira**, que estão desenvolvendo o projeto “**Levantamentos Arqueológicos no Município de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil.**”, solicitando o auxílio de Vossa Senhoria para o sucesso dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores, os quais visam, acima de tudo, a registrar e preservar o patrimônio arqueológico de nosso Município e que, portanto, têm o apoio desta Promotoria de Justiça.

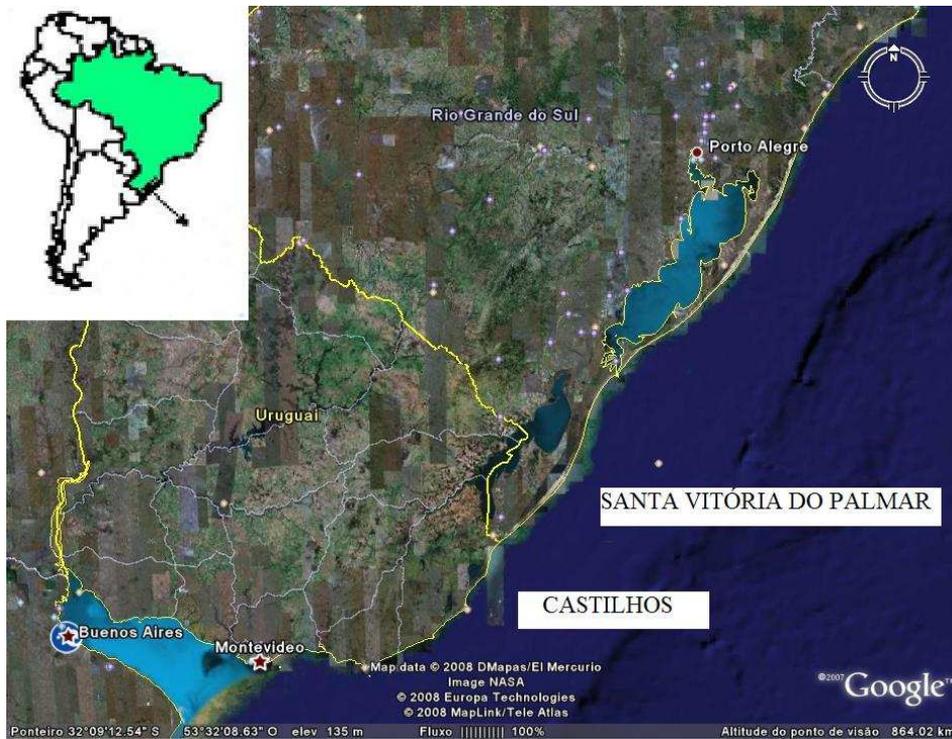
Santa Vitória do Palmar, 20 de dezembro de 2004.

**Valdirene Sanches Medeiros Jacobs,**

**Promotora de Justiça.**

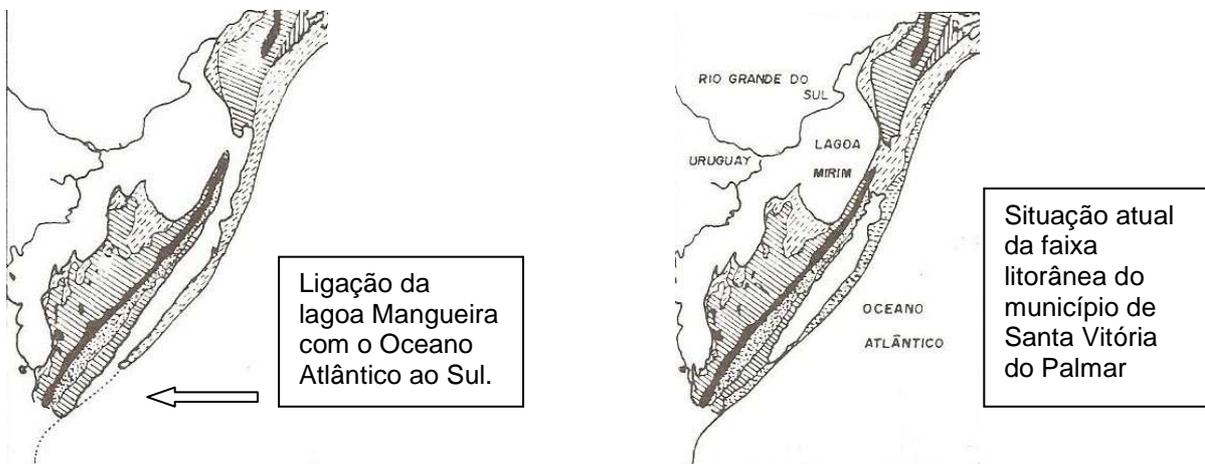
## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Localização da área de estudo



Fonte: Google Eart (Agosto/2009) modificado

## APÊNDICE B – Mapa de Santa Vitória do Palmar e Chuí e o fenômenos da transgressão e regressão marinha



Fonte: Schmitz et. al. (1997) modificado.

## APÊNDICE C - Áreas de palmeiras destruídas pelo cultivo do arroz irrigado



Fotos: Oliveira, O. A. (2008)

## APÊNDICE D - Canais de irrigação



Lagoa Mirim (2008)



Lagoa Mangueira (2008)

## APÊNDICE E - Antigas moradias em ruínas na zona rural



Fotos: Oliveira, O. A. (2008)



Fotos: Oliveira, O. A. (2009)



Fotos: Oliveira, O. A. (2009)

**APÊNDICE F** - Curral de Palma (RS:LS 114) na localidade denominada de Boqueirão.



Foto: Oliveira, O. A. (2004)

## APÊNDICE G – Paisagens em processo de transformação



Paisagem composta de dunas



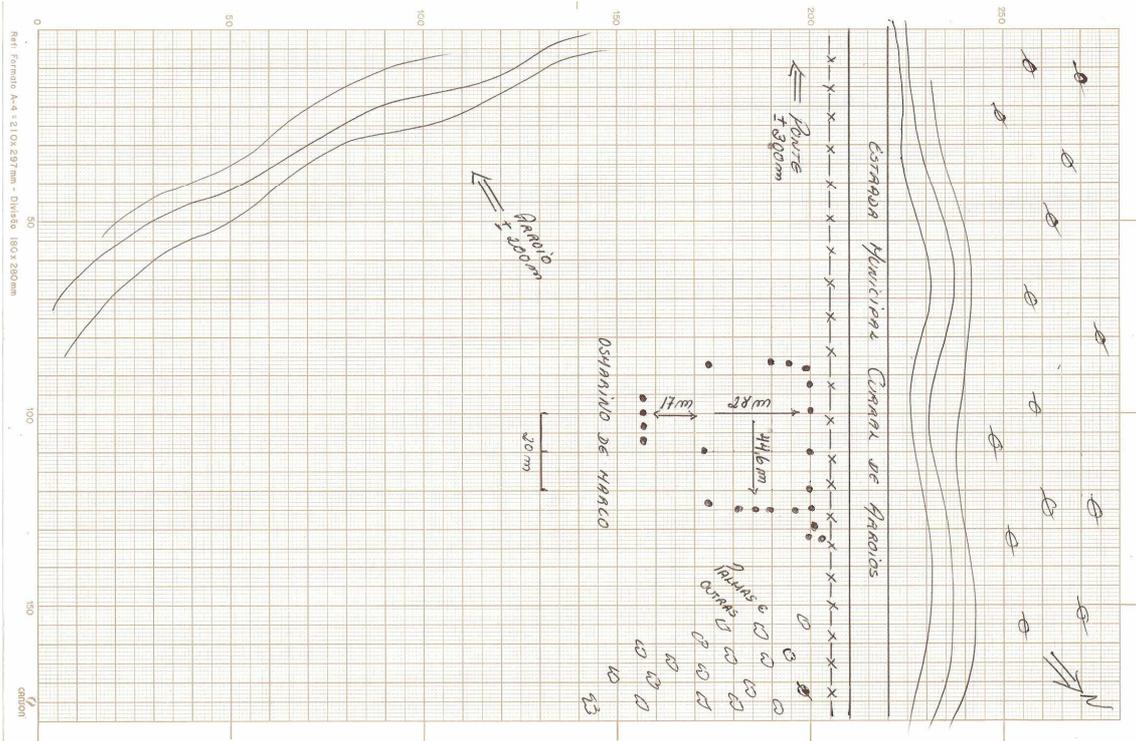
Cerâmica pré-colonial



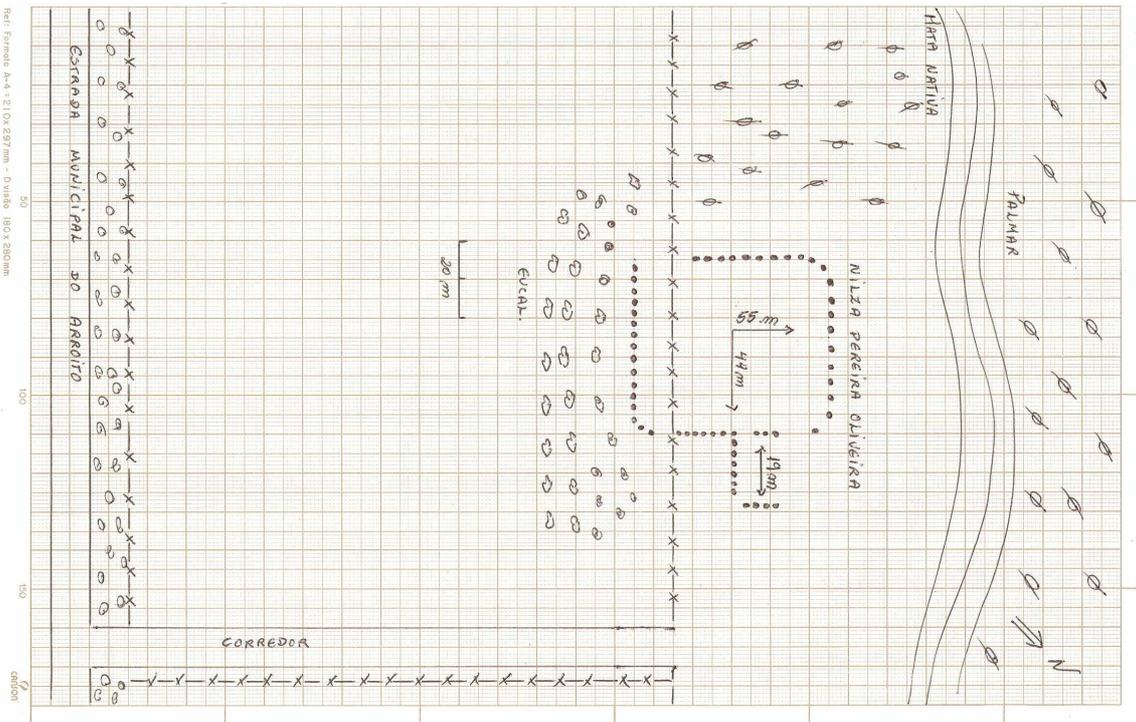
Ambientes costeiros em processo erosivo  
Fotos: Oliveira, O. A. (2006)



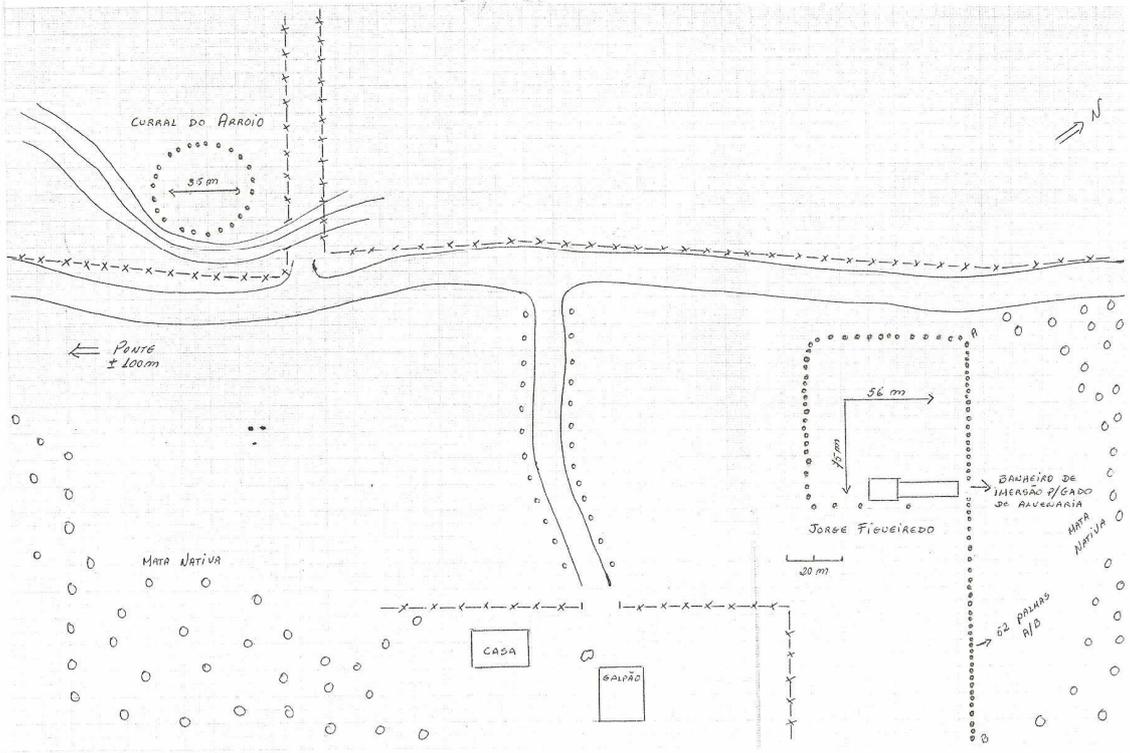




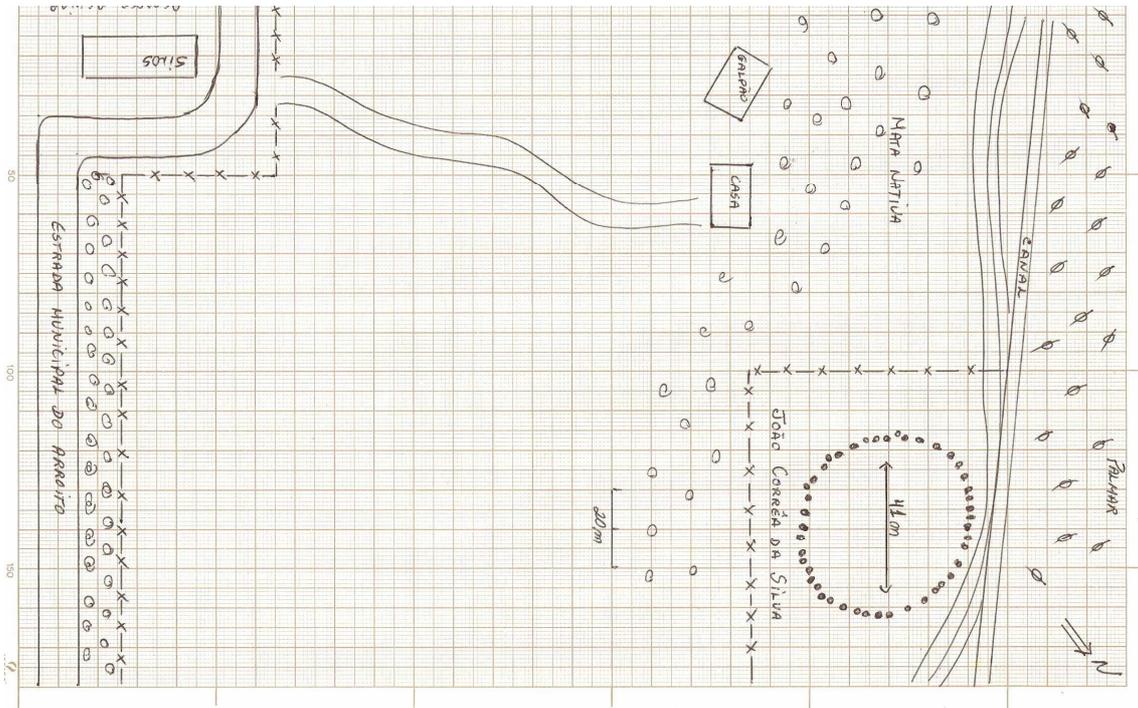
Croqui 03 – RS:LS 111 (Osmarino de Marco)



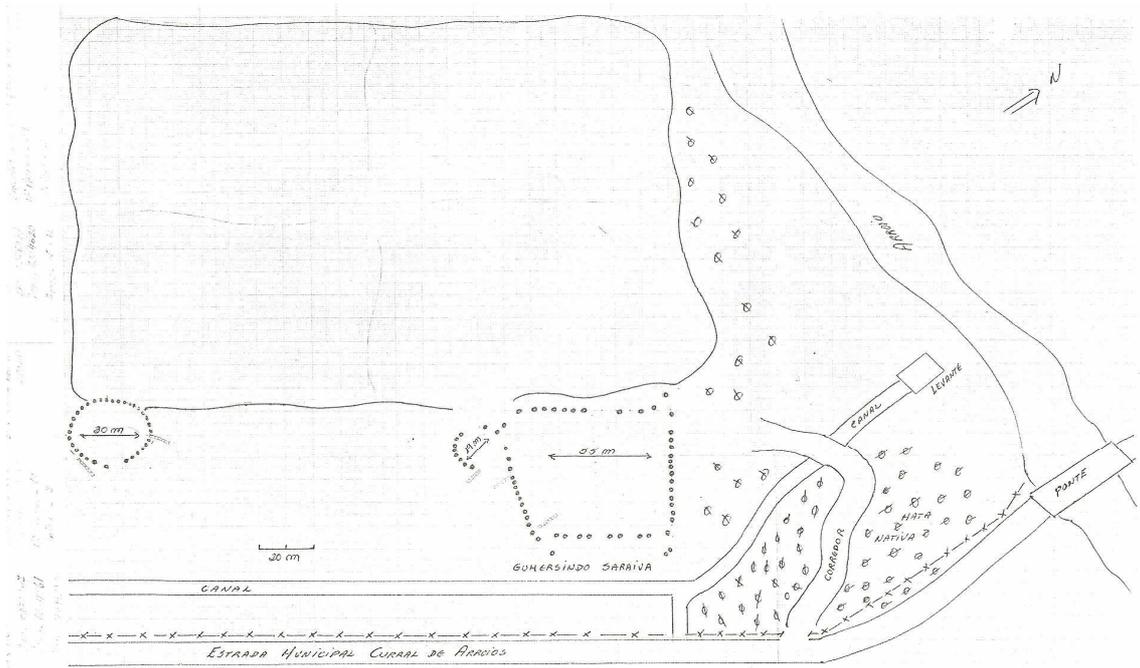
Croqui 04 – RS:LS 112 (Nilza Pereira Oliveira)



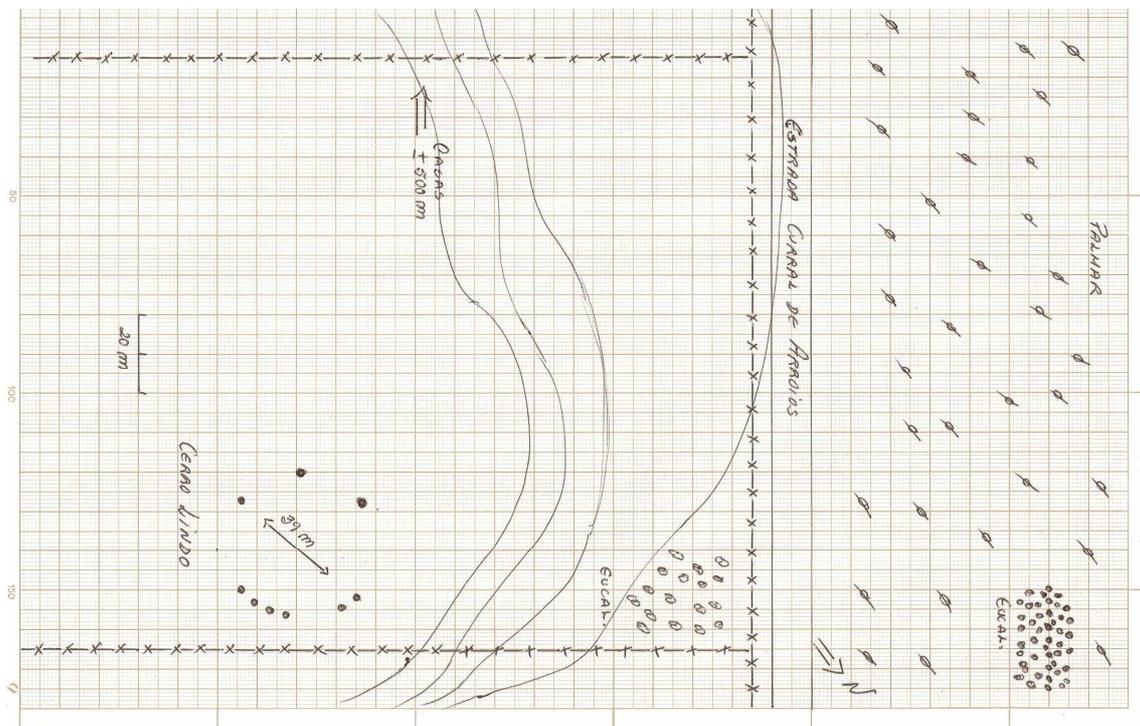
Croqui 05 – RS:LS 113 (Jorge Figueiredo) - RS:LS 117 (Curral de Arroios)



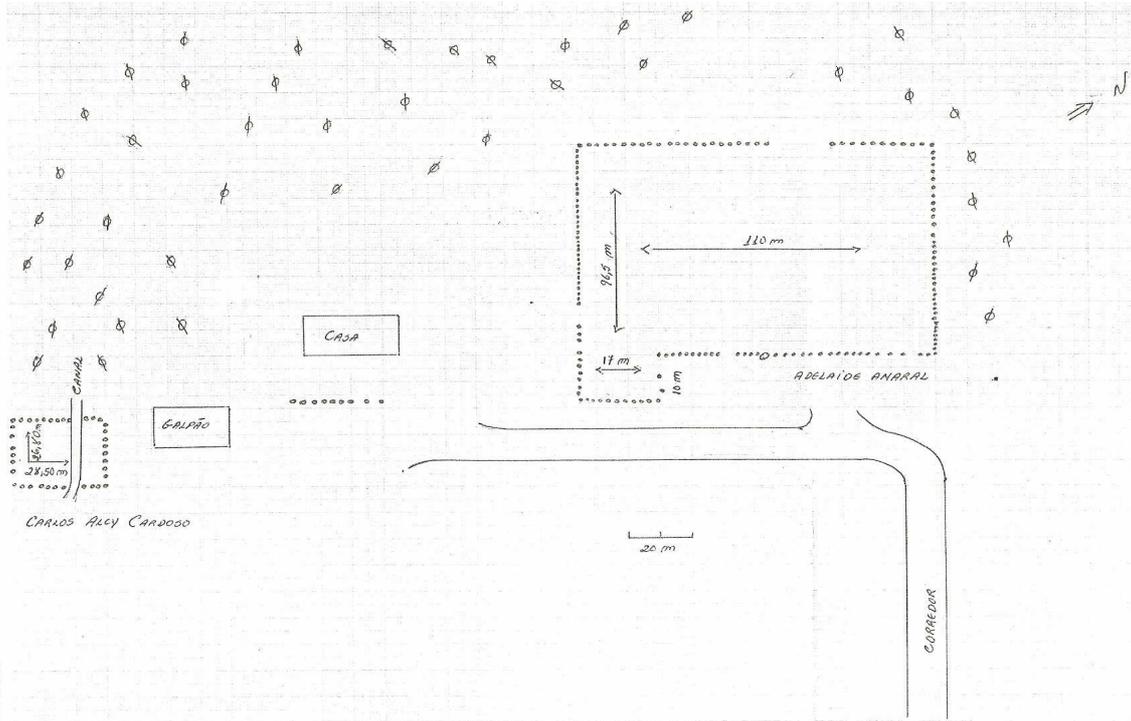
Croqui 06 – RS:LS 114 (João Corrêa da Silva)



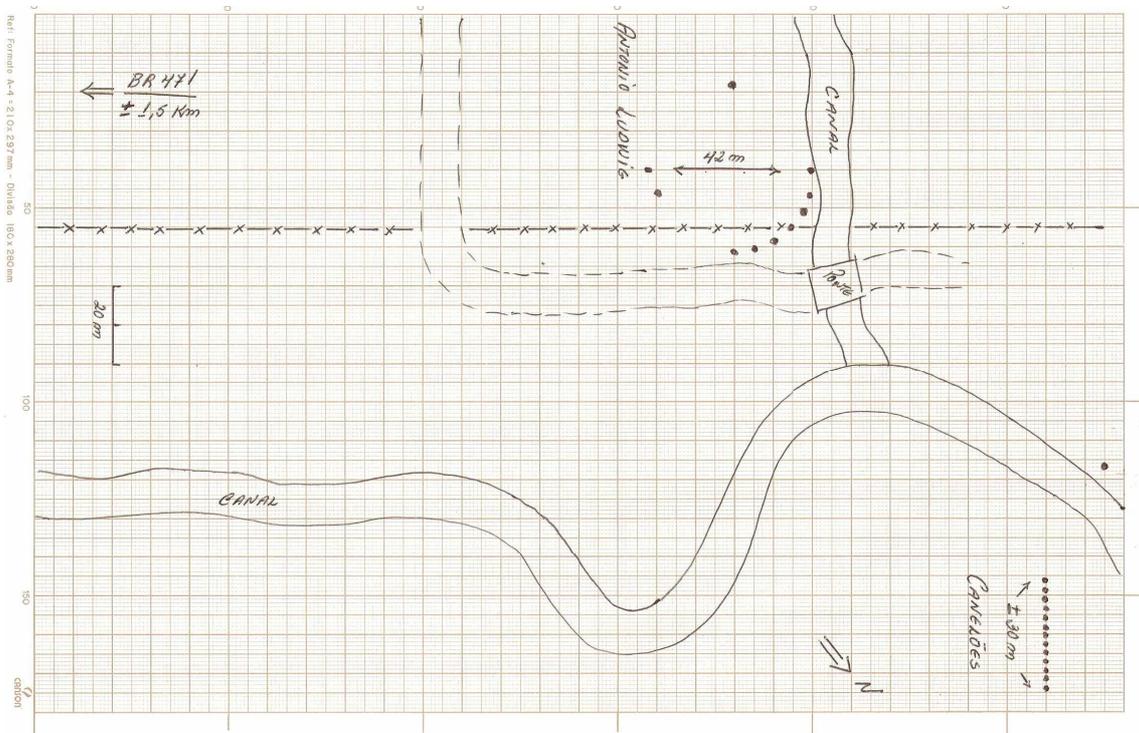
Croqui 07 – RS:LS 115 (Gumersindo Saraiva 1) - RS:LS 116 (Gumersindo Saraiva)



Croqui 08 – RS:LS 118 (Cerro Lindo)



Croqui 09 – RS:LS 119 (Adelaide Amaral) – RS:LS 122 (Carlos Alcy Cardoso)



Croqui 10 – RS:LS 120 (Canelões) – RS:LS 121 (Antonio Ludwig)

## APÊNDICE J - Termo de consentimento livre e esclarecimento do participante

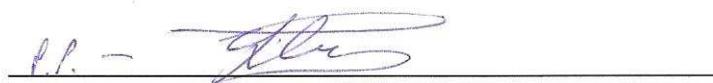
Eu, João Corrêa da Silva, Pecuársta, com idade de 95 anos, natural de Santa Vitória do Palmar, domiciliado na Estrada Municipal do Arroito, localidade do Boqueirão s/n, fui informado detalhadamente sobre a pesquisa intitulada “Os Vestígios Materiais de uma Herança Cultural Pastoril nos Campos Neutrais”.

O Sr. João Corrêa da Silva foi plenamente esclarecido da conversa que compõe esta pesquisa, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo geral georeferenciar os Currais de Palmas no intuito de registrar esses vestígios materiais nos Campos Neutrais, pois nesta região que compreendeu a “Idade do Couro” disponibiliza de poucas publicações sobre esta atividade. As pesquisas de campo realizadas identificaram estruturas isoladas (valos, poteiros, matas), promovendo a presente documentação no intuito de contribuir com a historiografia da colonização dos Campos Neutrais. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o Sr. João Corrêa da Silva não terá direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa não incorrerá em riscos ou prejuízos de qualquer natureza.

A coleta de dados para a pesquisa será desenvolvida através de conversas individuais (diálogos que ocorrem naturalmente), garantindo a privacidade e a confidência das informações e será realizado pelo mestrando Osvaldo André Oliveira, sob a orientação do prof. Dr. Julio Ricardo Quevedo dos Santos.

Santa Vitória do Palmar (RS), 23 de Novembro de 2009

Assinatura (de acordo)



João Corrêa da Silva

**APÊNDICE K** - Palmeira com estreitamento prolongado causado por transplante

Foto – Oliveira, O. A. (2004)

**APÊNDICE L** - Palmeira por estrangulamento de amarras de couro

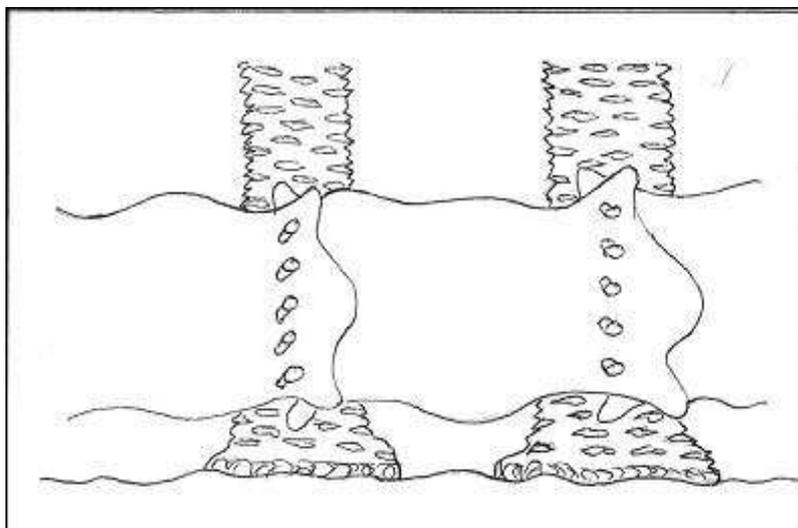
Foto: Oliveira, O. A. (2004)

**APÊNDICE M** - Curral de palmas na estância Curral de Arroios com orifícios



Foto: Oliveira, O. A. (2004)

**APÊNDICE N** - Curral de Palma cercado com couro de gado ou de cavalo (hipótese)



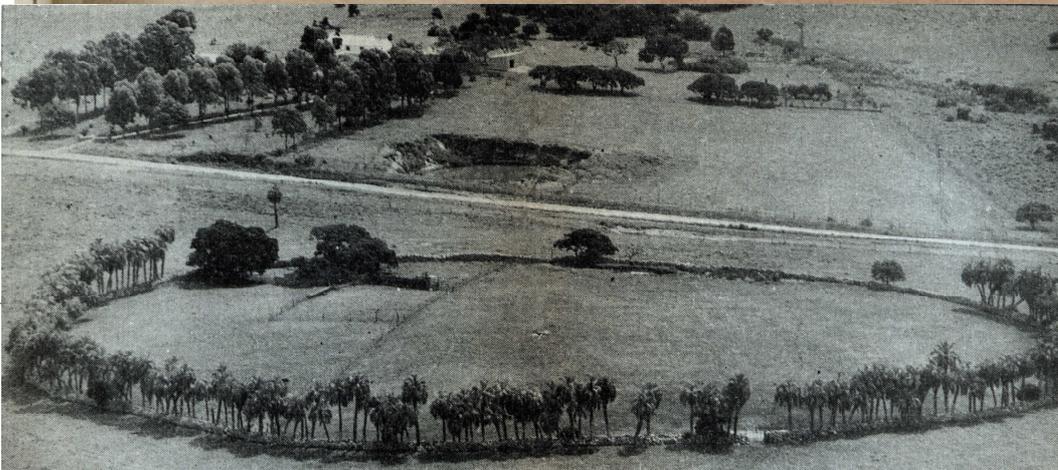
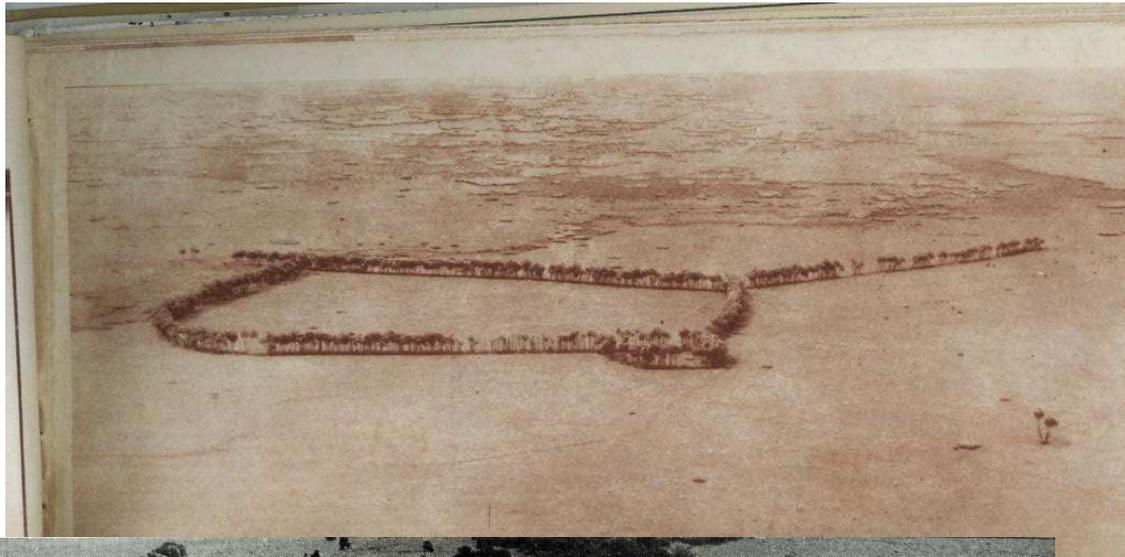
Fonte: Oliveira, O. A. Biblos (2008)

## APÊNDICE O - Palmeiras que possuem fragmentos de metais nos orifícios



Foto: Oliveira, O. A. (2004)

**APÊNDICE P** - Imagens dos currais com pedras no Departamento de Rocha (Uruguai)



Fonte: Barrios Pintos, A. B. (1959)

## APÊNDICE Q - Curral de Palma com forma quadrada nos Campos Neutrais



Fonte: Google Eart (Julho/2009)

## APÊNDICE R – Palmeiras *Butia capitata*

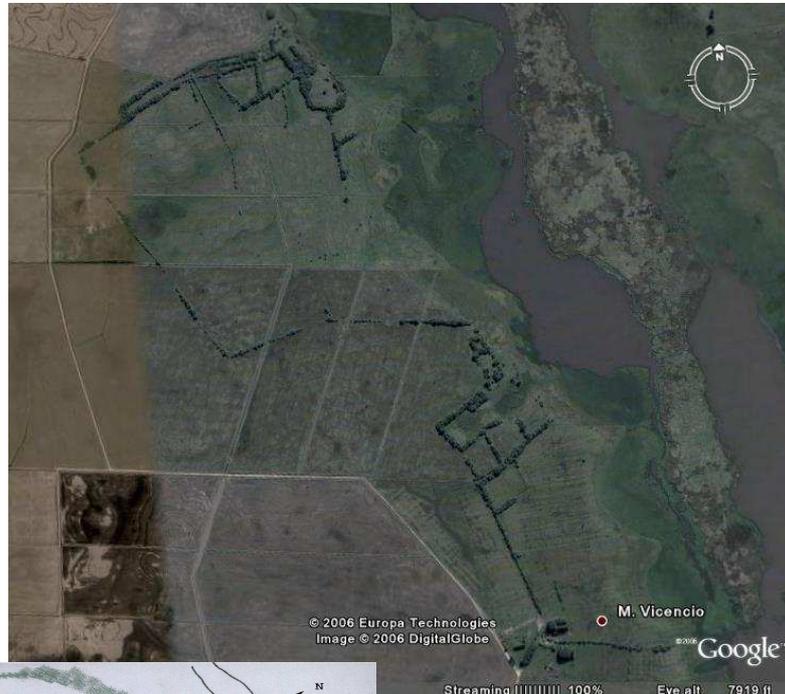


Palmeiras que contém pecíolos no caule  
Foto: Oliveira, O. A. (2004)

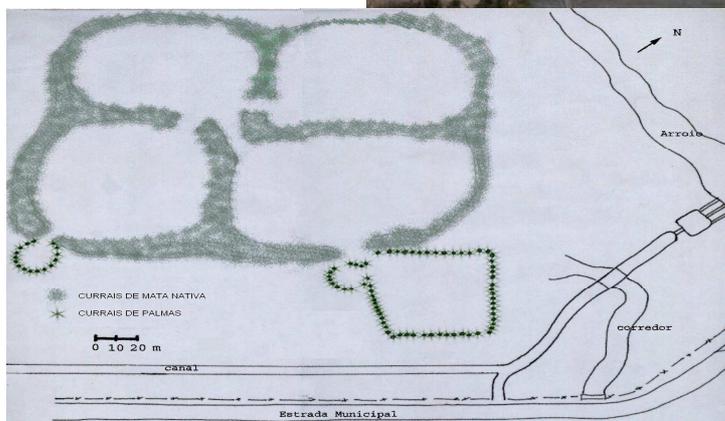


↑ Palmeiras sem pecíolo no caule  
Foto: Oliveira, O. A. (2004)

## APÊNDICE S - Potreiros construídos com valos e matas junto aos arroios.



Fonte: Google Eart (Julho/2009)



Fonte: Oliveira, O. A. (2008)



Foto: Oliveira, O. A. (2004)

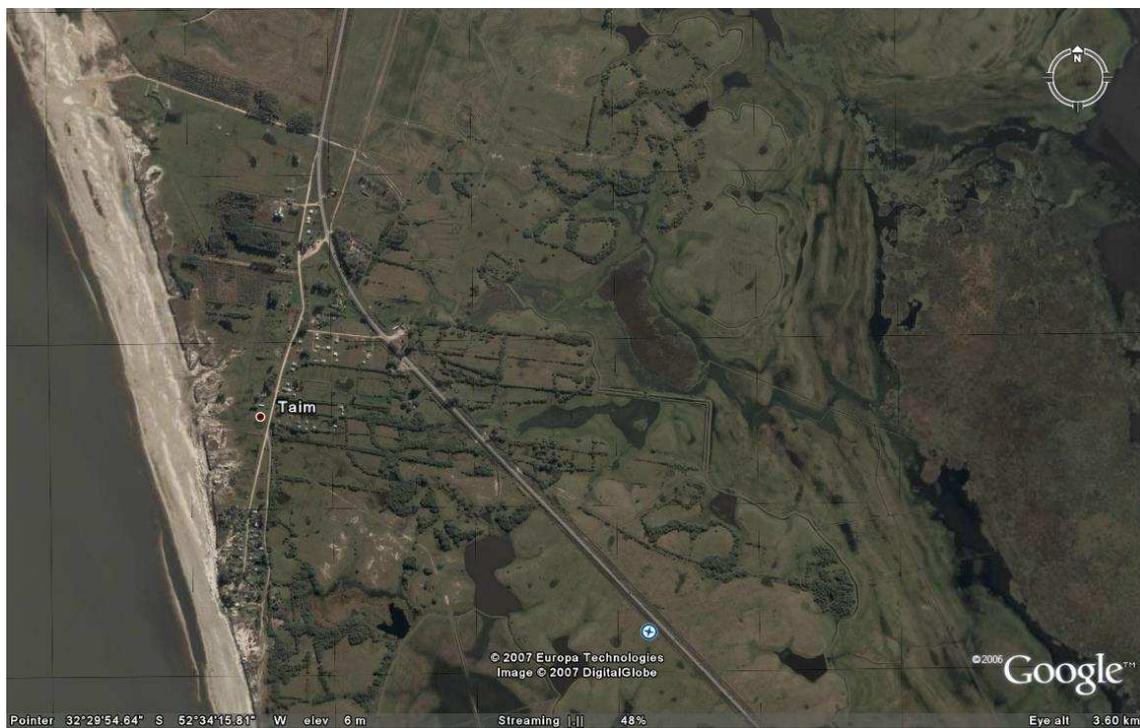
## APÊNDICE T – Raízes de palmeiras *Butia capitata* nas dunas do Albardão



Fotos: Oliveira, O. A. (Janeiro 2002)

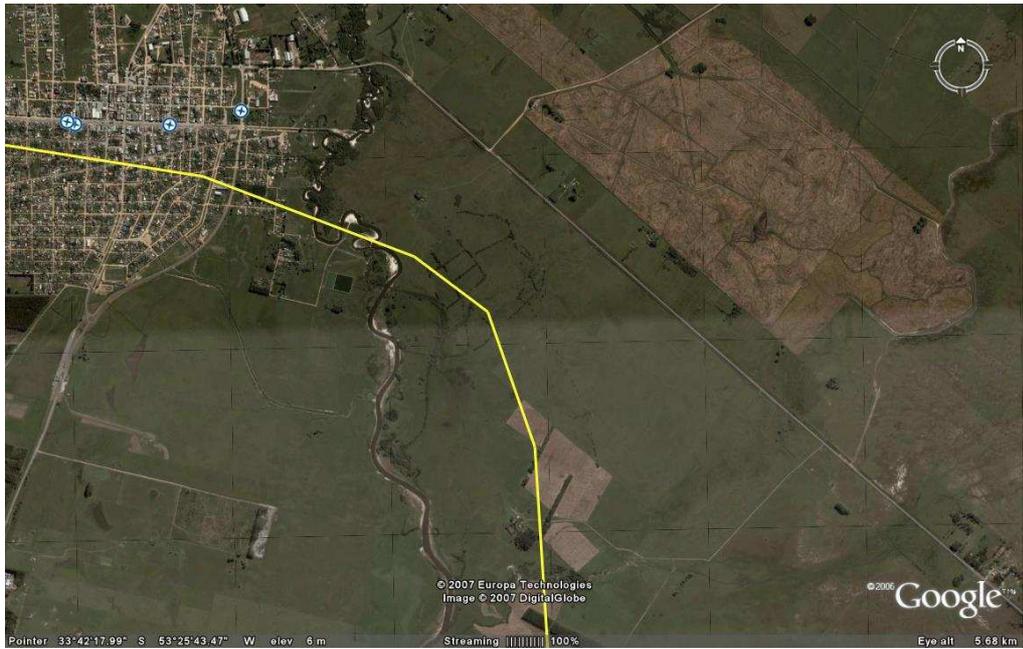


## APÊNDICE V – Potreiros na Vila da Capilha (Taim)

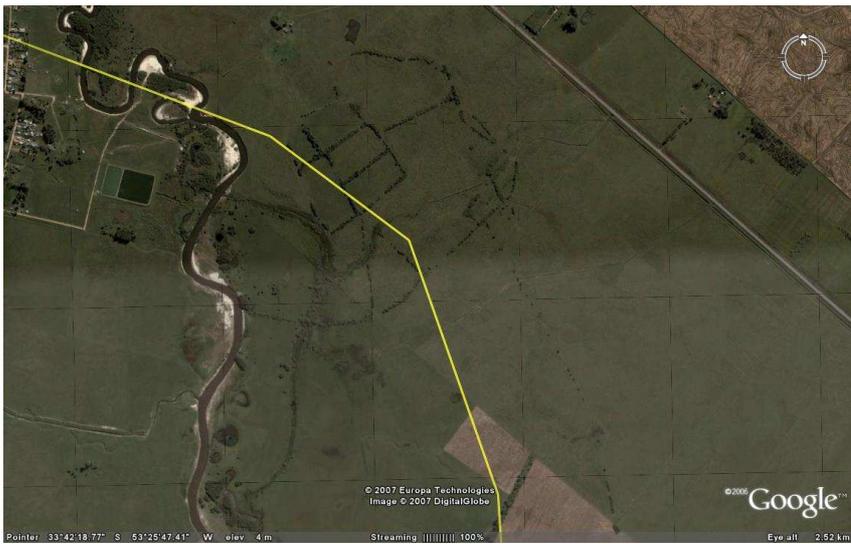


Fonte: Gogle Eart (Julho/2009)

### APÊNDICE X - Potreiros junto ao arroio Chuí na cidade do Chuí



Fonte: Google Eart (Julho/2009)



Fonte: Google Eart (Julho/2009)